

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

150

150

SALVADOR • NOVEMBRO DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO
Maria José Bacelar

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006.

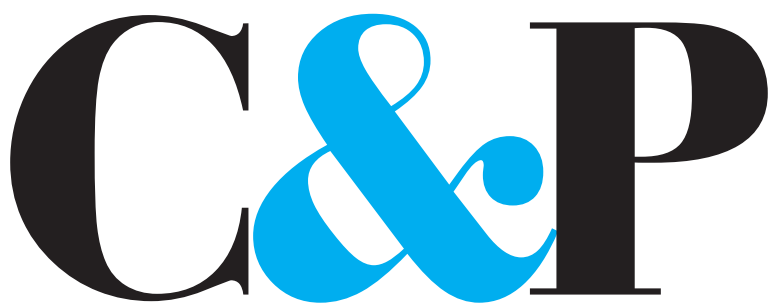
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Avaliação e perspectivas da atividade econômica em Salvador João Paulo Caetano Santos	4
--	---

Conjuntura Econômica Baiana	8
-----------------------------------	---

Artigos

Inflação e política monetária: Um balanço do governo Lula Everton Freire de Carvalho	18
---	----

O semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável Elissandra Alves de Britto Nícia Moreira da Silva Santos	23
---	----

Desempenho do turismo no Brasil e na Bahia nos últimos seis anos Rosângela Ferreira Conceição	30
--	----

Investimentos na Bahia

Eixo Metropolitano concentra aproximadamente metade dos investimentos industriais previstos para o estado da Bahia	36
--	----

Notícias	40
----------------	----

Legislação	42
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	46
Indicadores Sociais	52
Finanças Públicas	62

Carta do Editor

A avaliação dos aspectos sociais, políticos e econômicos que marcaram o cenário brasileiro nos últimos anos permite identificar pontos de estrangulamento que comprometem o desenvolvimento do país. Nesse aspecto, a revista Conjuntura & Planejamento (C&P) de nº 150 traz a discussão sobre a conjuntura econômica, apresentando uma análise sobre o comportamento da inflação e política monetária realizada no Governo Lula, aborda o desempenho do segmento de turismo, além de avaliar o semi-árido baiano na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

Valorizando essa discussão, essa edição traz os artigos de Everton Freire Carvalho, intitulado **Inflação e Política Monetária: um Balanço do Governo Lula**; Rosângela Ferreira Conceição, com o tema **Desempenho do Turismo no Brasil e na Bahia nos Últimos Seis Anos**; e o trabalho de Elissandra Alves de Britto e Nícia Moreira da Silva Santos, **O Semi-árido Baiano sob o Olhar do Desenvolvimento Rural Sustentável**.

No primeiro artigo, Carvalho avalia a eficácia da política econômica em manter o controle da inflação. O artigo de Conceição apresenta uma análise do segmento de turismo, considerando seus aspectos econômicos e sociais. Nesse trabalho, a autora enfatiza os impactos desse segmento para a economia, evidenciando as perspectivas do ramo quanto à entrada de turistas, receita atraída, geração de emprego e investimento público e privado. No artigo de Britto e Santos, focaliza-se o semi-árido baiano no contexto do desenvolvimento rural sustentável. Esse trabalho investiga ações que possam ser aplicadas nos campos baianos, de forma a valorizar uma região marcada por uma forte heterogeneidade.

Assim, mais uma vez a revista Conjuntura & Planejamento busca, por meio de seus artigos, contribuir para qualificar o leitor, dando-lhe embasamento nas discussões acerca das iniciativas e dos fundamentos que regem o crescimento da economia brasileira.

Avaliação e perspectivas da atividade econômica em Salvador

João Paulo Caetano Santos*

A atividade econômica de uma determinada região pode ser acompanhada com base na avaliação de diversas variáveis, as quais informam, em um determinado momento, como está o nível de atividade econômica. Indicadores como vendas do comércio varejista, produção industrial, mercado de trabalho, balança comercial, índice de preços, dentre outros, tem a capacidade de informar como determinada região está se desenvolvendo. No que se refere especificamente a Salvador, existe a carência de um indicador que meça com mais detalhes o seu nível de atividade, visto que, dos indicadores acima, apenas o mercado de trabalho e o índice de preços trazem informações relativas ao município. Nesse sentido, o Índice de Movimentação Econômica (IMEC) foi formulado, numa parceria entre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de caracterizar, mediante algumas variáveis, o nível de atividade econômica.

Definição do IMEC

O IMEC-SEI mostra o que ocorre na superfície do funcionamento da economia da cidade de Salvador, detectando, por meio do fluxo de cargas e pessoas, as decisões dos agentes econômicos. A idéia básica do indicador é que os deslocamentos físicos implicam em dispêndio e este, por sua vez, envolve a presença de algum rendimento. Ou seja, o índice é uma variável de fluxo que determina a dinâmica econômica do município em um determinado momento do tempo. Dada essa característica, o IMEC-SEI é um indicador ágil e abrangente do nível de atividade econômica de

Salvador em razão da defasagem de publicação e especificidades dos indicadores tradicionais existentes — mercado de trabalho, indústria, comércio varejista e exterior. Assim, o indicador foi construído de maneira a considerar o setor informal da economia, devido às informações contidas nas variáveis que o compõem. Como índice de previsão, o indicador sinaliza a diminuição ou o aumento da atividade econômica, com base na intensidade dos deslocamentos ocorridos.

Variáveis que compõem o índice e fórmula de cálculo

As variáveis que compõem o IMEC de Salvador são: movimentação de passageiros no Terminal Rodoviário; movimentação de passageiros no Sistema de Transporte Coletivo Urbano; movimentação de passageiros no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães; movimentação de cargas no porto; Consumo de combustíveis (álcool, gasolina e diesel); consumo total de energia elétrica.

Inicialmente, a proposta do índice era abranger mais de onze variáveis, mas, devido às dificuldades de operacionalização dos dados — quebra nas séries e obtenção de séries longas —, elas foram descartadas na construção atual do indicador. A presença de um número maior de séries economicamente significantes, entretanto, poderia resultar num indicador mais robusto.

* Economista, mestrando em economia pela UFBA. Técnico da CAC – SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

Obtidas as informações referentes a essas variáveis junto aos órgãos que as possuem, parte-se para a elaboração do índice. Essa preparação segue os seguintes passos: a) transformação das séries originais em números índices; b) dessazonalização das séries pelo método multiplicativo X-12; c) aplicação da técnica de componentes principais; d) obtenção dos coeficientes de cada variável do indicador; e) definição do peso de cada variável na construção do indicador com base nos coeficientes associados a cada variável (obtidos por meio dos componentes principais) e na percentagem da variância total explicada pela componente extraída; f) o indicador final é o somatório do produto do peso de cada variável pelo número índice da variável.

A movimentação econômica em Salvador em 2006

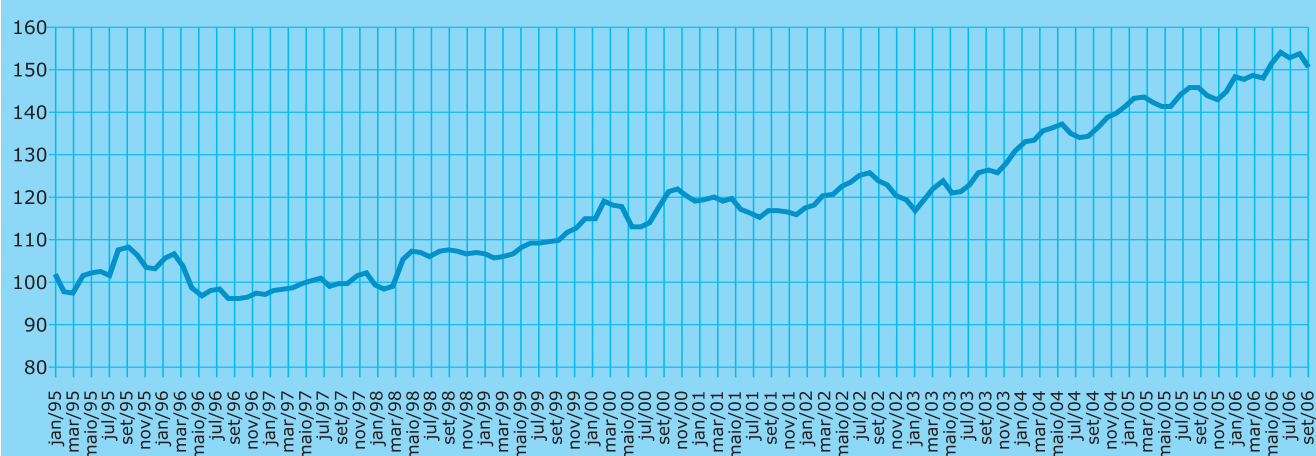
Como foi visto inicialmente, o Imec tem por objetivo captar, por meio das variáveis que o compõem, a atividade econômica no município de Salvador.

Desde que foi iniciada a série, em 1995, a atividade econômica de Salvador mantém tendência de crescimento, com pequenos intervalos de queda, como se verifica no Gráfico 1.

Em 2006, a atividade econômica de Salvador apresentou, nos três primeiros trimestres, desempenho satisfatório, mantendo a tendência de fechar o ano com

Gráfico 1
Indicador de Movimentação Econômica de Salvador:
Salvador, Jan/1995 - Set/2006

Média móvel trimestral



Fonte: CAC- SEI

Tabela 1
Comportamento das variáveis do IMEC: Salvador, Jan – Set/2006

Mês	IMEC – SEI	Ônibus urbano	Ônibus intermunicipal	Carga portuária	Aeroporto	Energia elétrica	Venda de combustíveis
Jan	154,16	92,76	81,53	199,61	273,40	121,09	98,21
Fev	140,98	92,09	75,52	153,48	260,48	117,10	102,57
Mar	149,99	91,33	87,50	155,05	284,48	132,31	97,82
Abr	152,63	87,91	80,76	176,60	295,12	120,91	92,59
Mai	151,59	87,75	75,19	171,68	296,85	121,82	97,73
Jun	157,73	86,94	78,23	177,63	319,58	121,24	96,08
Jul	148,60	90,97	80,47	168,93	279,23	122,92	93,28
Ago	154,31	91,84	80,43	167,89	301,87	130,45	92,85
Set	148,55	89,95	85,77	119,79	317,05	129,08	94,20
% mês	-3,73	-2,06	6,63	-28,65	5,03	-1,05	1,46
% mês ano ant.	4,64	-4,08	6,98	-23,49	24,88	2,45	-2,16
% ano	5,24	-0,63	3,01	-14,44	25,32	1,46	0,45
% 12 meses	4,80	-0,14	3,28	-14,23	23,49	2,63	-0,19

Fonte: CAC - SEI

crescimento entre 4,7 e 5,0%. Entre janeiro e setembro de 2006, a atividade econômica cresceu 5,24% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No ano, as variáveis que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram: aeroporto (25,3%) e ônibus intermunicipal (3,1%). Verifica-se que os maiores crescimentos ocorreram em variáveis que estão relacionadas ao fluxo externo de pessoas, o que pode decorrer do aumento na renda, favorecendo os deslocamentos à capital baiana. Por outro lado, a variável carga portuária (-14,4%), foi a que registrou a maior taxa negativa no mesmo período. A Tabela 1 mostra o desempenho de todas as variáveis do IMEC em 2006.

Perspectivas para a atividade econômica de Salvador

Restando apenas um trimestre para fechar o indicador de movimentação econômica, a perspectiva, para o ano de 2006, é que este aponte para o cres-

cimento da atividade econômica em torno de 5,0%, como mencionado anteriormente. Já para o ano de 2007, as perspectivas não se delineiam tão claramente. Por um lado, o pequeno reajuste do salário mínimo, proposto pelo Governo Federal, trará insignificante impacto na renda, a qual tenderá a reduzir ou pelo menos manter fixa a movimentação de pessoas. Por outro lado, instabilidades institucionais de âmbito nacional — crise do sistema aeroportuário, valorização cambial, preços de derivados de petróleo —, tendem a inibir o fluxo de pessoas e de mercadorias. Dessa forma, os eventos que decorrerem até o final de 2006 poderão emitir sinais mais nítidos sobre perspectivas para o crescimento da atividade econômica em Salvador.

Referências

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA _ SEI. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 03 dez. 2006. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores da atividade econômica, para o mês de agosto, mostraram a ocorrência de pequena retração na atividade industrial e balança comercial. O comércio varejista, por sua vez, manteve o bom desempenho que vem caracterizando o setor nos últimos meses.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em agosto de 2006, variação positiva de 1,3% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, a indústria apresenta crescimento de 4,6% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *Celulose, papel e produtos de papel* (30,7%), *metalurgia básica* (13,8%) e *minerais não-metálicos* (9,7%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-5,8%), *alimentos e bebidas* (-2,7%), e *produtos químicos* (-0,6%) registraram desempenho negativo no período.

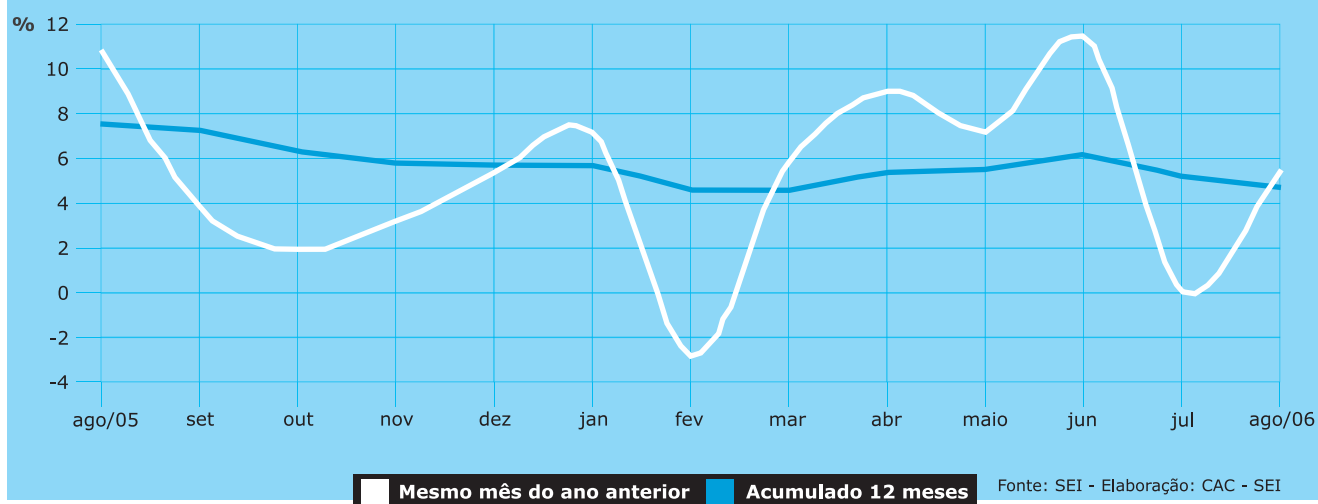
No que se refere ao comércio exterior, tanto exportações quanto importações registraram crescimento no acumulado do ano, em comparação com os números de agosto. O crescimento das exportações que até agosto era de 16,8% no acumulado do ano, ficou em 17,8% em setembro. Já as importações tiveram uma queda menor, passando de 32,5% para 34,4%.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 8,9% no volume das vendas no acumulado do ano. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (38,6%), *hipermercados e supermercados* (20,9%) e *móveis e eletrodomésticos* (20,1%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 21,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no mês de outubro de 2006, variação positiva de 0,12%. Entre janeiro a outubro de 2006, os preços se elevaram, em média, 3,1%. *Habitação e encargos* (22,2%) e *saúde e cuidados pessoais* (5,1%) foram os grupos que registraram as maiores altas no acumulado dos últimos doze meses.

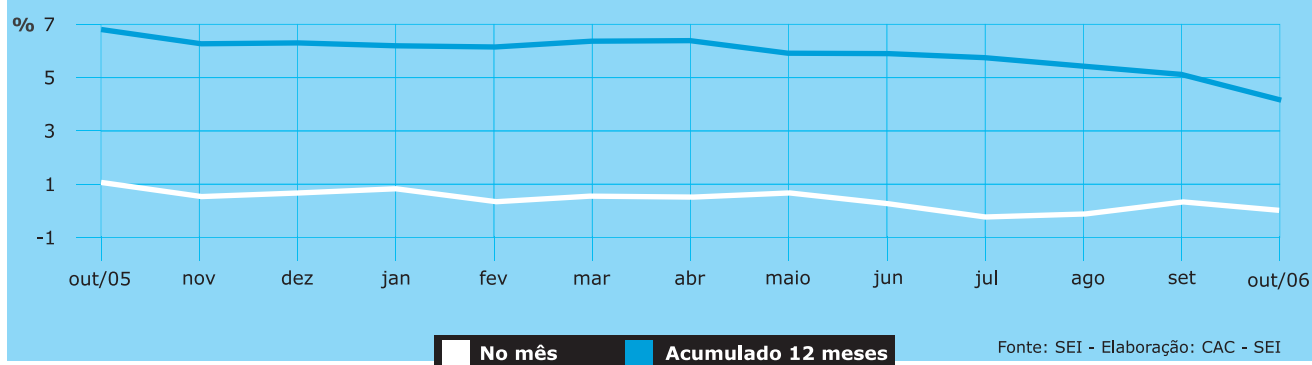
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de setembro com taxa de desemprego em 23,5% e média anual de 24%. Com relação ao rendimento, houve variação negativa de 1,1%, entre janeiro e agosto/2006, na comparação com o mesmo período de 2005.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



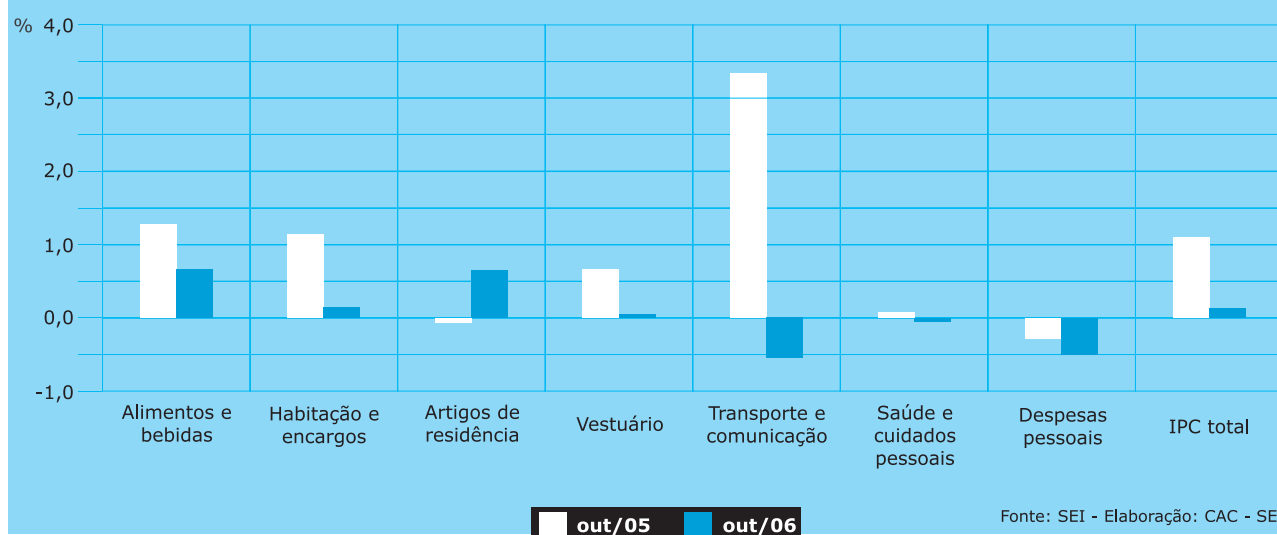
No mês de agosto, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) apresentou crescimento de 5,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Ainda no mês de agosto, verificou-se retração na tendência de longo prazo do índice. Essa retração foi caracterizada pela variação no acumulado dos doze meses, que passou de 5,2% em julho para 4,8% em agosto.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



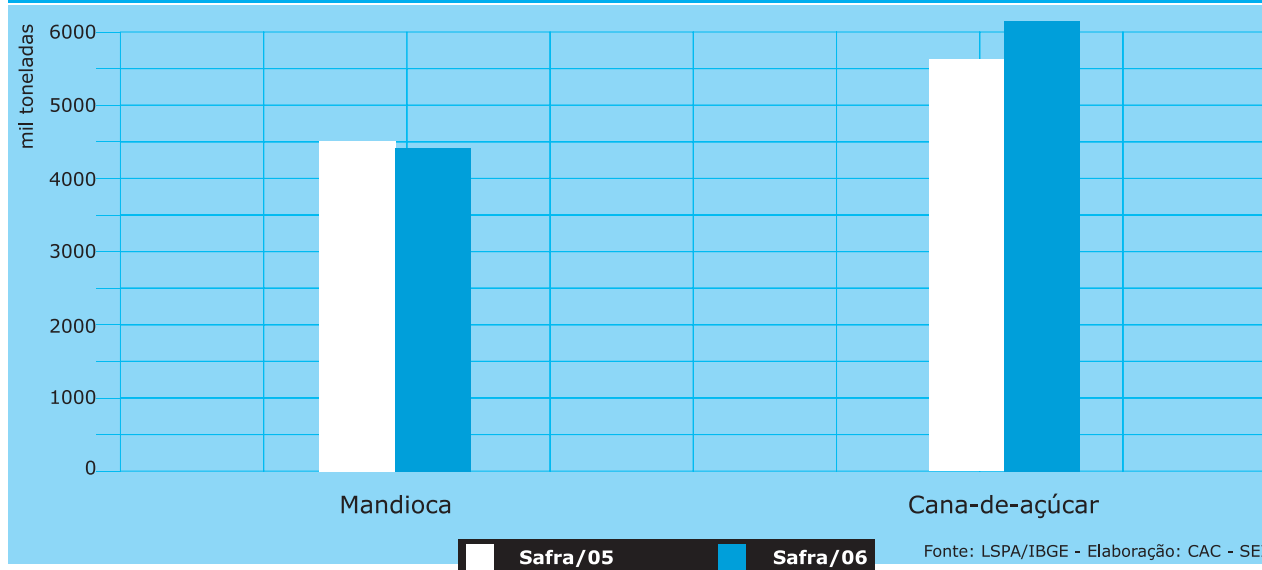
No mês de outubro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação de 0,12%. Com esse resultado, o índice acumula, nos doze meses, alta de 4,1%, mantendo assim a tendência de redução da taxa de inflação em Salvador. Habitação e encargos (22,2%) e Saúde e cuidados pessoais (5,1%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



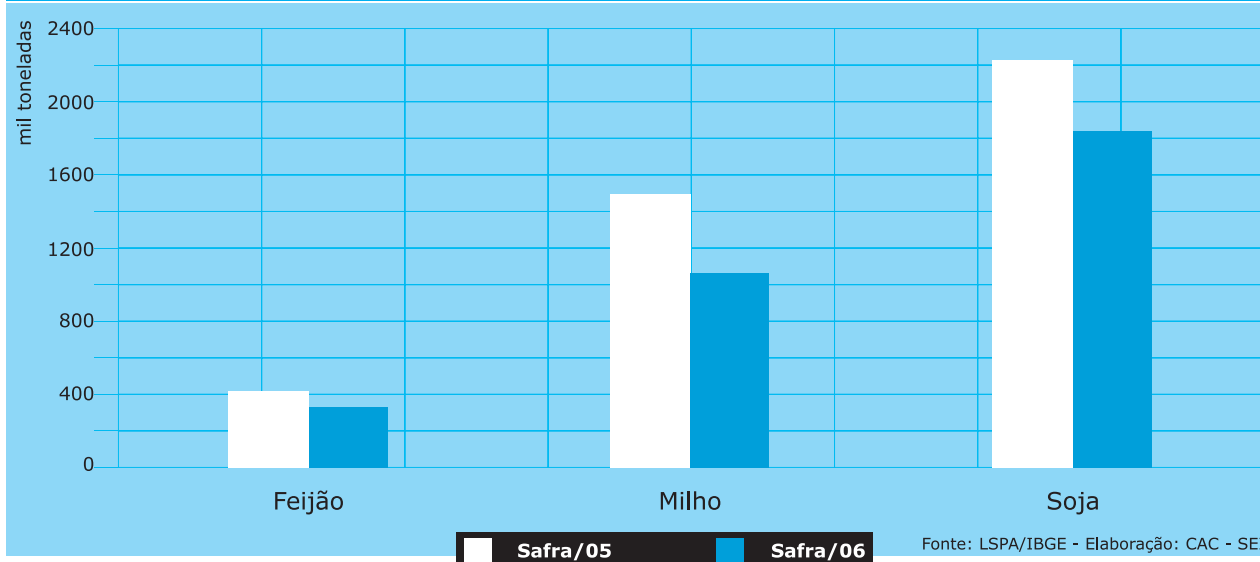
Os grupos Alimentos e bebidas (0,65%) e Artigos de residência (0,62%) apresentaram, em outubro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Nesses grupos, os subitens *produtos de elaboração primária* (1,7%) e *aparelhos elétricos* (1,4%) foram os que apresentaram as maiores variações no período.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



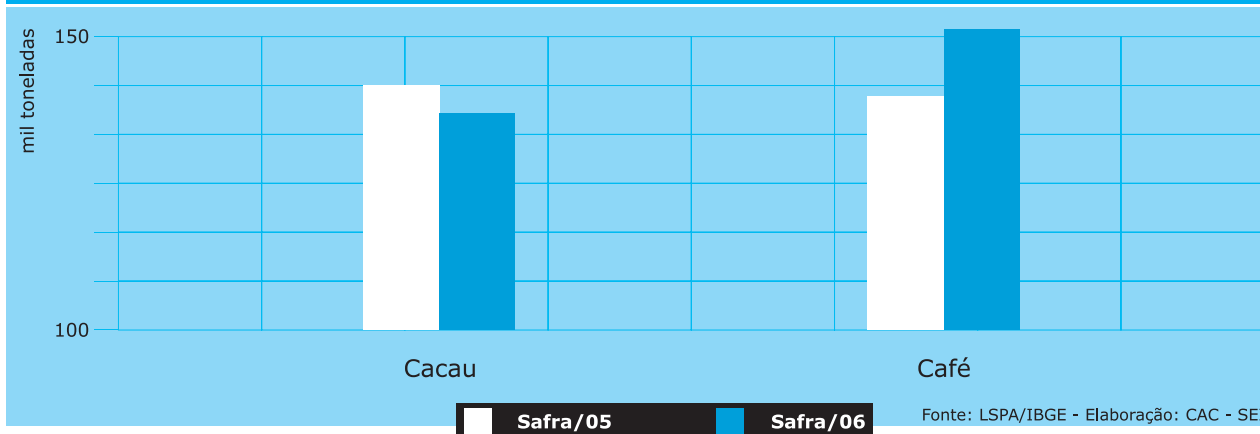
As estimativas para a safra baiana, realizadas em outubro de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apontam para um resultado negativo da produção de mandioca (-2,2%), que vem acompanhado pela queda do rendimento da lavoura (-1,7%). Para a cana-de-açúcar, observa-se elevação significativa da produção (9,1%) e do rendimento (2,1%), que pode ser explicada pelas expectativas dos produtores em relação aos bons preços do açúcar e do álcool em mercados interno e externo.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



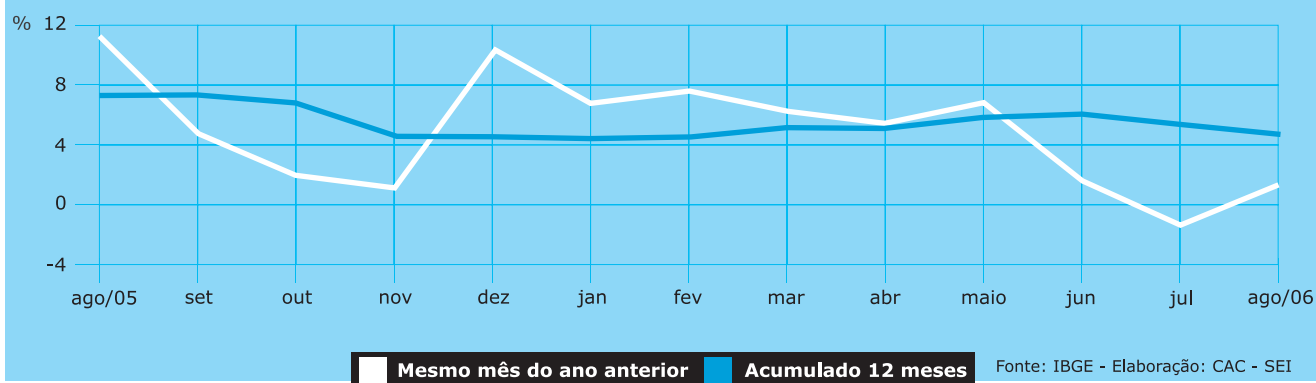
Acentua-se a estimativa de redução da produção para a safra de feijão em 2006 (-27,9%). O resultado negativo deve-se tanto à queda de 38,7% no feijão 1ª safra (em entressafra), quanto à 2ª safra (com colheita em andamento). Em relação ao milho, verifica-se a continuidade da redução na produção (-29,0%) e no rendimento (-22,3%). Tais desempenhos negativos do milho e feijão podem ser explicados pelas chuvas irregulares em diversas regiões produtoras do estado. Para a soja (em entressafra) mantêm-se as estimativas de queda de 17,1% da produção.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



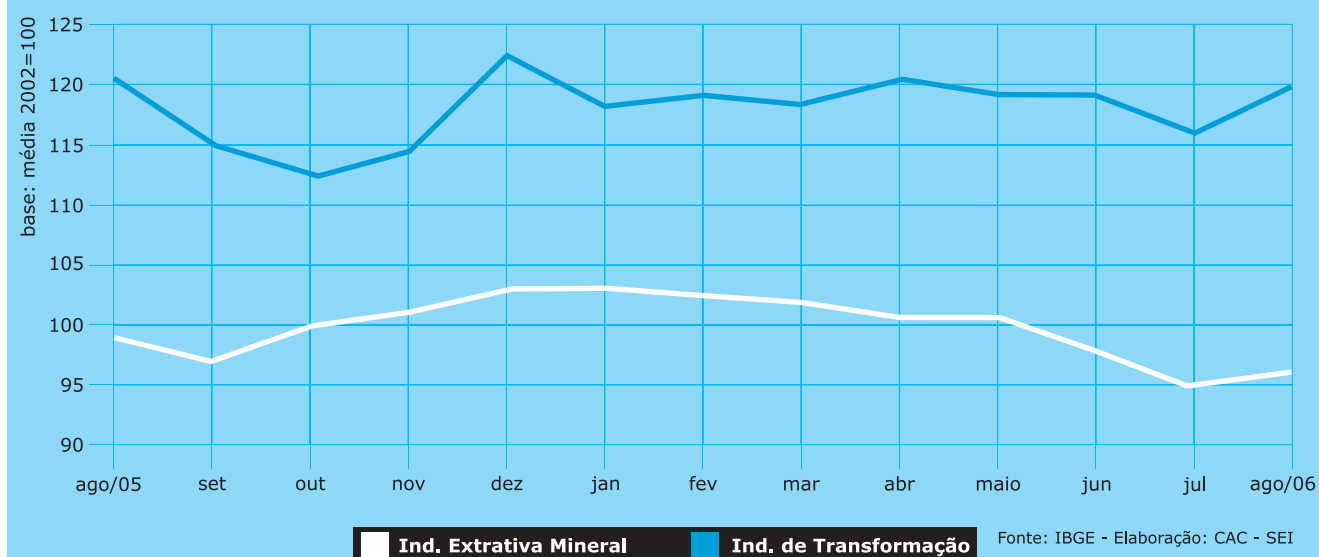
Segundo o LSPA/IBGE de outubro de 2006, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em queda de 3,5%, devido à conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Em relação à safra de café, tem-se a elevação da produção de 26,4%, acompanhada de expansão de aproximadamente 16% no rendimento. Além disso, as análises permitem verificar a expansão das áreas plantada (10,3%) e colhida (8,8%) em relação à safra 2005.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



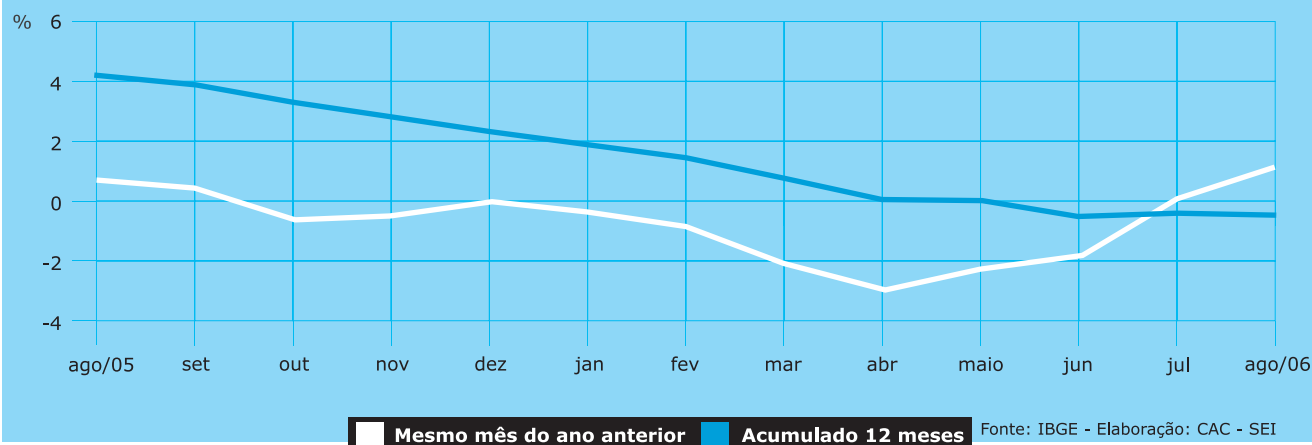
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou expansão de 1,3%, em agosto de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Para o acumulado dos doze meses, o índice manteve a tendência de retração na atividade industrial, passando de 5,4%, em julho, para 4,8% em agosto. Neste último indicador, os setores que acumularam as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (36,7%), metalurgia básica (12,6%), minerais não-metálicos (10,9%) e borracha e plástico (5,1%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

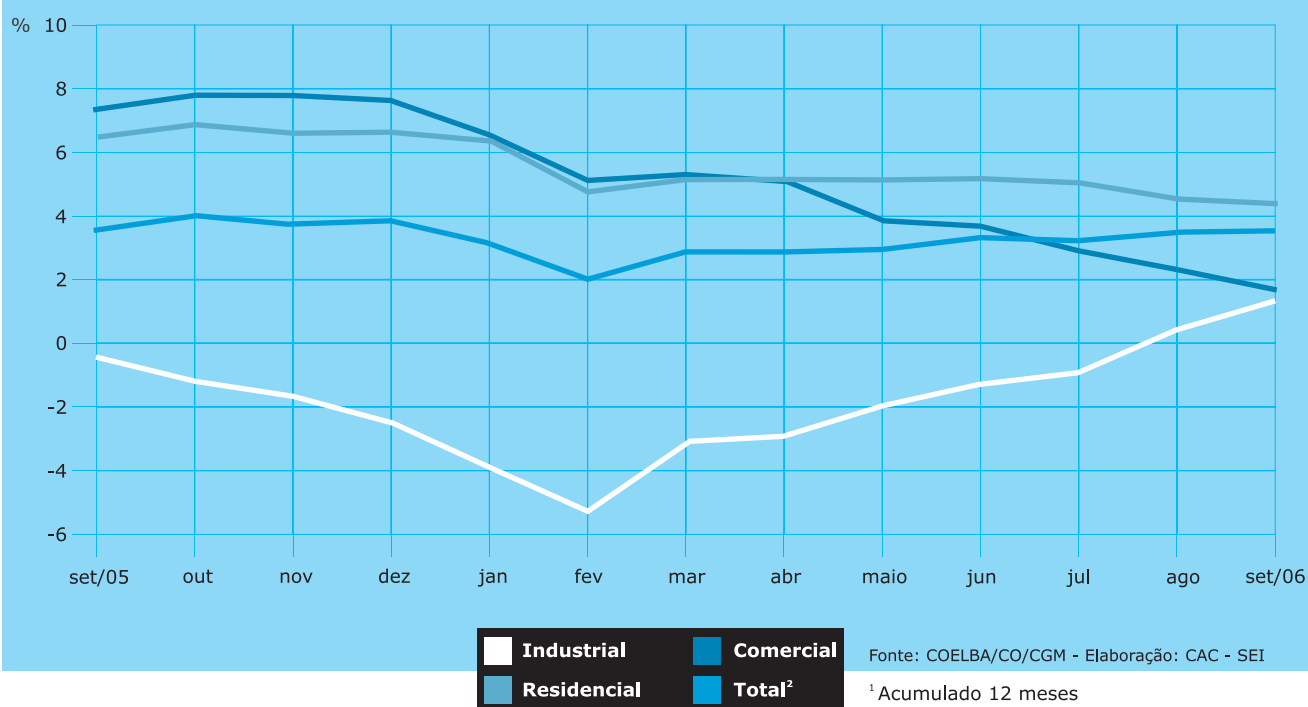


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana apontou taxa positiva de 3,6%, entre os meses de julho e agosto de 2006. Os setores que contribuíram diretamente para esse crescimento foram: celulose, papel e produtos de papel (1,3%), refino de petróleo e álcool (2,4%), produtos químicos (9,7%) e minerais não-metálicos (7,1%).

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em agosto de 2006, crescimento de 1,1% em relação a agosto de 2005, mantendo a tendência de crescimento após meses consecutivos de queda na comparação mensal. No acumulado dos últimos doze meses, o índice manteve a tendência de queda no emprego industrial, registrando taxa negativa de 0,5%. Os setores que registraram as maiores quedas no acumulado dos últimos doze meses foram: produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-13,4%) e vestuário (-11,2%).

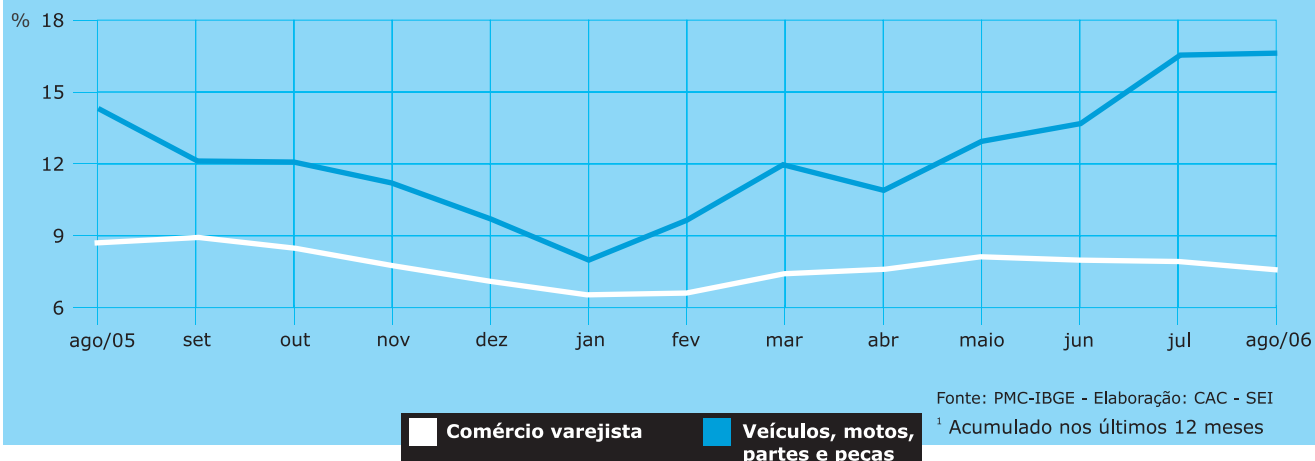
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

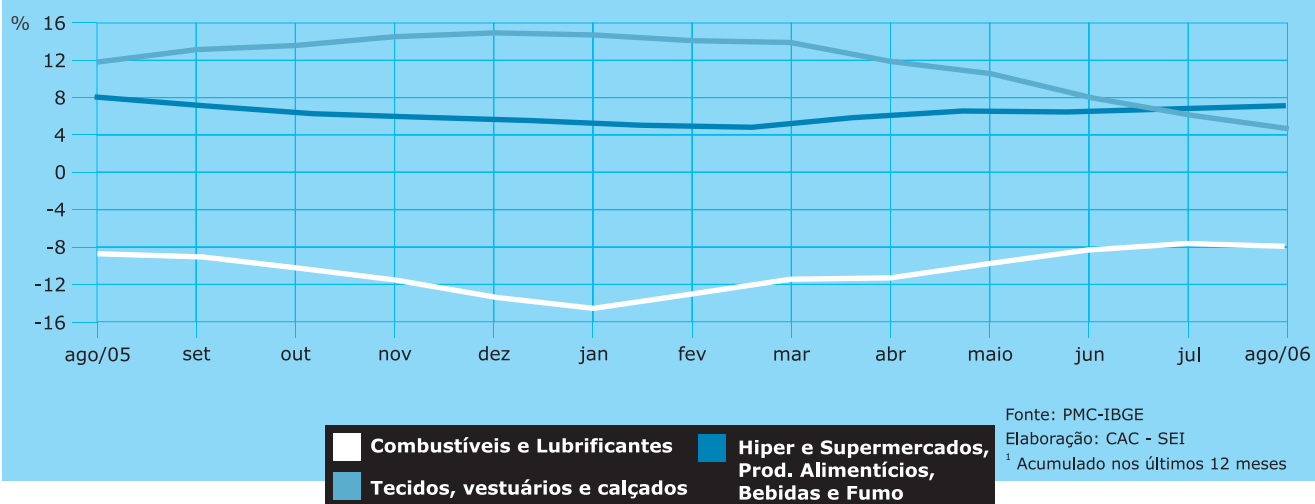
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, em setembro de 2006, crescimento de 5,3% em relação a setembro de 2005. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou em 3,5%, mantendo a tendência de crescimento ao longo dos últimos meses. Dentre os principais consumidores, o residencial no mês de setembro registrou taxa positiva de 3,4%, em relação ao mês anterior, logo, no acumulado dos últimos doze meses registrou um crescimento de 4,4%; o consumo comercial registrou um crescimento de 1,8% e o consumo industrial cresceu, a uma taxa de 1,3% nos últimos doze meses.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



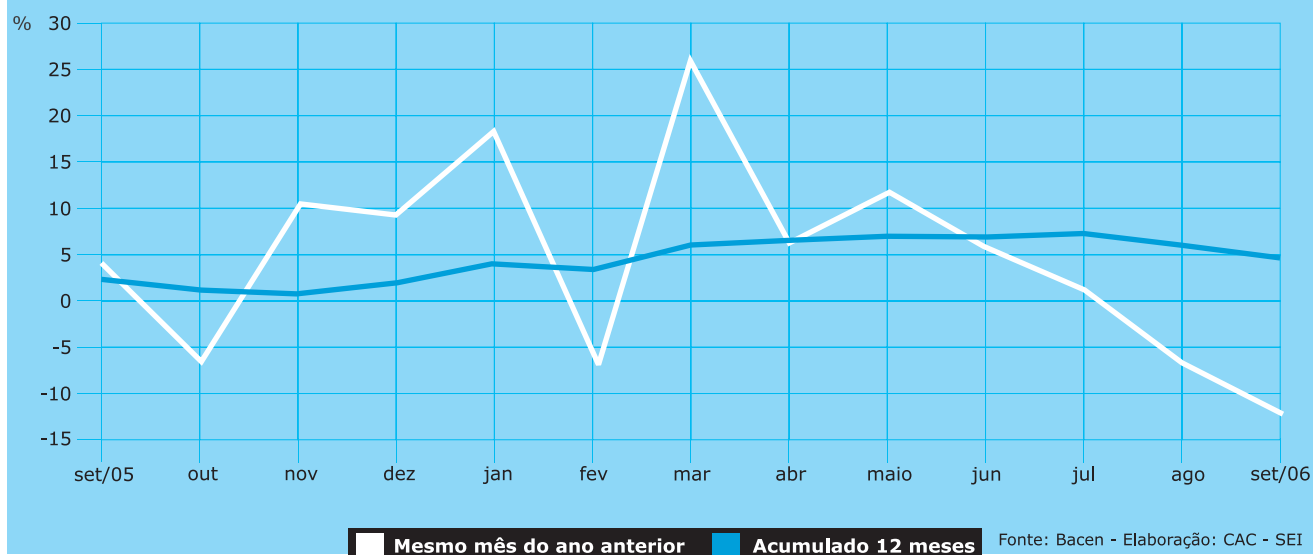
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de agosto de 2006, pelo trigésimo terceiro mês consecutivo, um acréscimo de 7,0% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) apurou, para o acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 7,6%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 18,8% ante igual mês de 2005. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 16,6%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



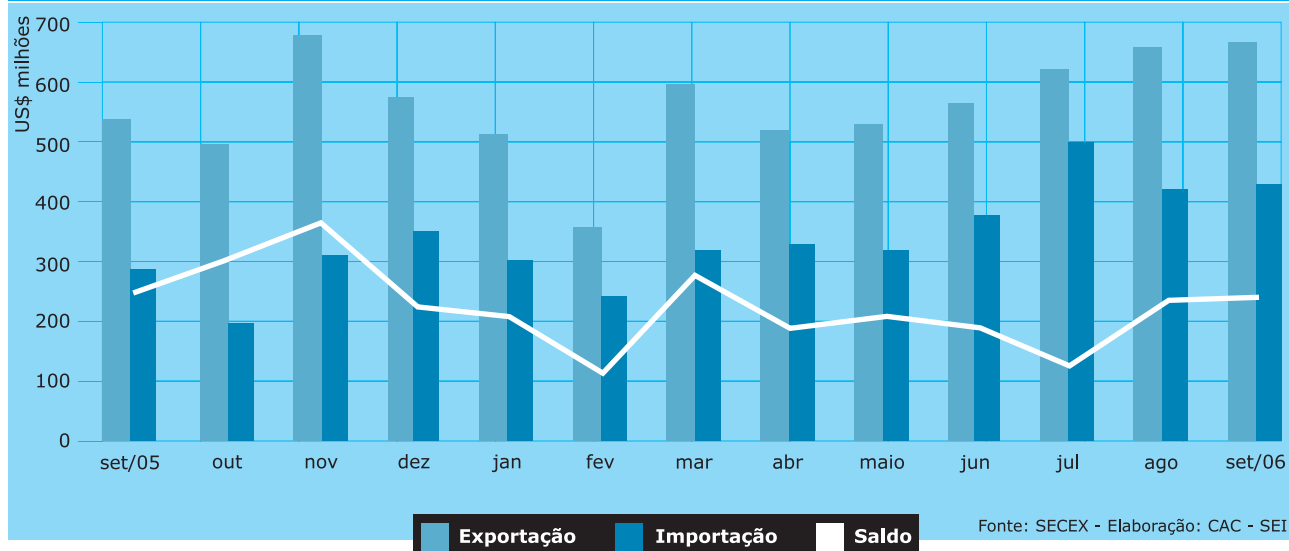
Segundo a PMC/IBGE, o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado dos últimos doze meses, até agosto/06, um crescimento de 24,2% no volume de vendas. As condições favoráveis do crédito direto ao consumidor e também dos empréstimos pessoais consignados em folha, além da ampliação dos prazos de parcelamento, foram decisivos para o desempenho do setor. O mesmo comportamento positivo foi verificado para o segmento de Hiper e supermercados, que acumulou uma expansão para esse período de 9,2%.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

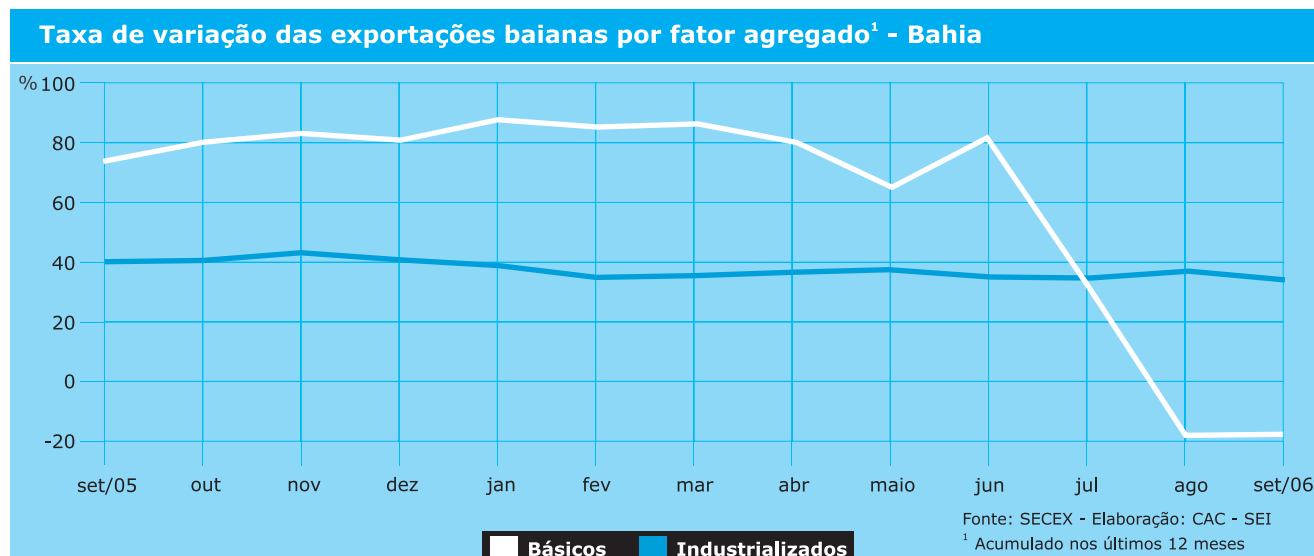


Em setembro de 2006, foram emitidos cerca de 341.000 cheques sem fundos na Bahia, 12,33% a menos que no mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de agosto de 2006, houve queda de 9,9%. Com este resultado, a taxa acumulada nos doze meses apresentou queda de 2,6 p.p., passando de 6% em agosto para 4,6% em setembro.

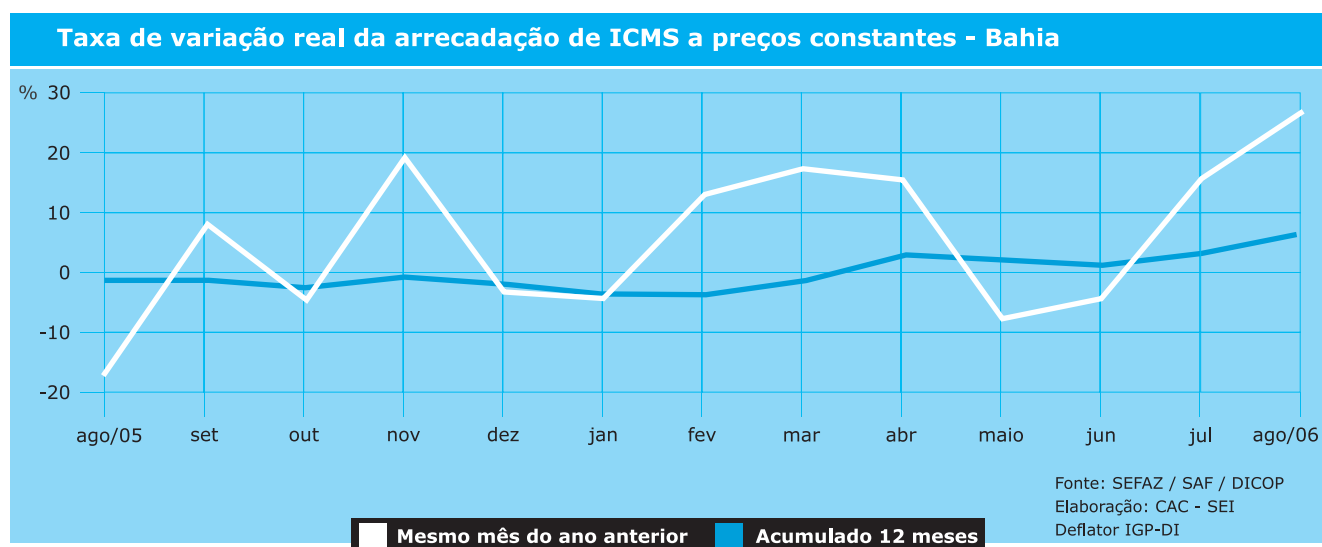
Balança comercial - Bahia



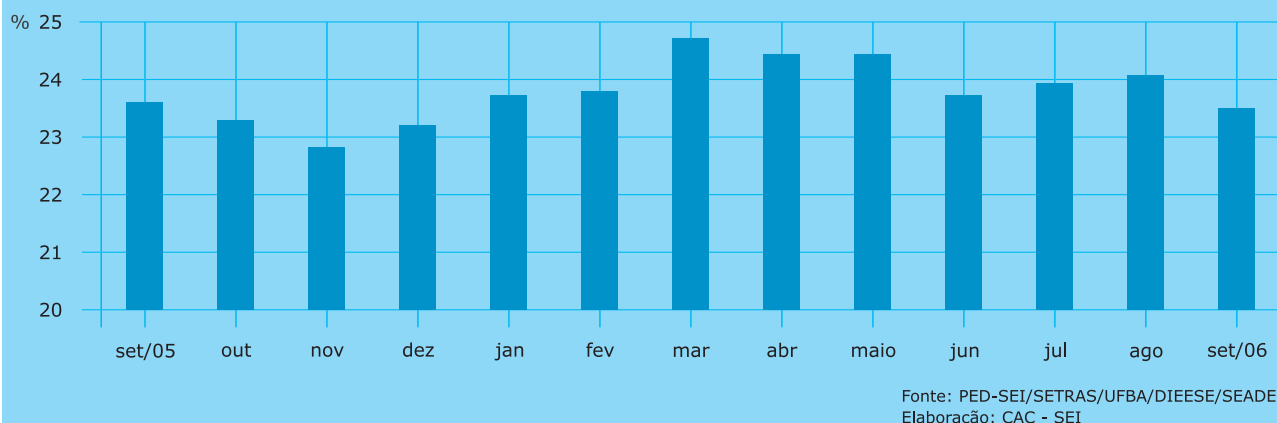
A balança comercial baiana registrou, em setembro de 2006, saldo superavitário de US\$ 238,9 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 663,6 milhões, sendo este o maior valor do ano, porém, na comparação com o mesmo mês de 2005, houve crescimento de 24,3%. Já as importações totalizaram US\$ 424,7 milhões, representando crescimento de 47,8% em relação ao mesmo mês de 2005.



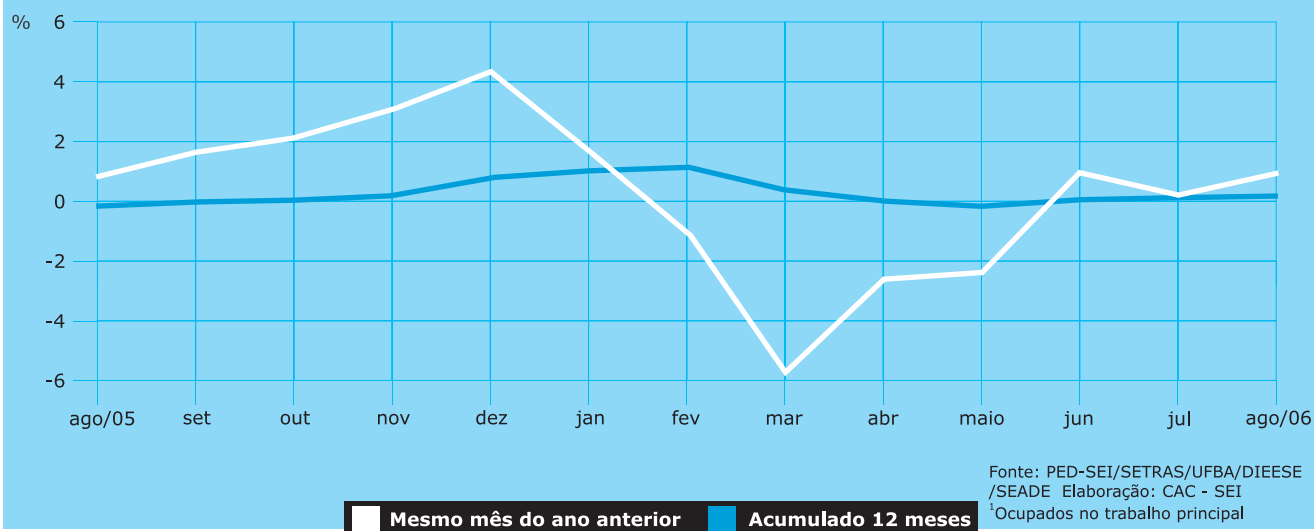
Nas exportações por fator agregado, o segmento produtos industrializados registrou variação positiva de 34% no acumulado dos últimos doze meses, mantendo trajetória estável. Já o segmento produtos básicos, que até julho apresentava variação positiva, registrou, em setembro, variação negativa de 17,2% no acumulado dos últimos doze meses. A despeito dessa taxa negativa parecer atípica, ela está associada à tendência de longo prazo, observável na curva, de redução das exportações de produtos básicos.



A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no mês de agosto de 2006, crescimento de 27% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R\$ 637.657 milhões. No acumulado dos últimos doze meses, o índice acumulado da arrecadação cresceu mais que o dobro, passando de 2,9% para 6,1%, com valor total de R\$ 7.261.204 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS

A compensação entre a oferta de postos de trabalho (18 mil postos) e a demanda (10 mil novos entrantes) por trabalho no mês de setembro/06, resultou numa redução de 2,5% da Taxa de Desemprego na RMS. Nesse período, a Pesquisa de Emprego e Desemprego apontou uma População Economicamente Ativa de 1.756 mil pessoas e um contingente de ocupados de 1.343 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

No mês de agosto de 2006, a massa salarial dos ocupados cresceu 1,9%, devido à geração de postos de trabalho no período. Comparando-se com agosto/05, verificou-se aumento de 0,8%, no acumulado dos últimos doze meses houve crescimento de 0,18% nos níveis de rendimentos reais dos ocupados da RMS, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Inflação e política monetária: um balanço do governo Lula

Everton Freire de Carvalho*

O controle da inflação, tido como a principal meta da política econômica do atual governo, vem sendo alcançado. Os principais índices de preços vêm registrando sucessivas quedas. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 12,53%, em 2002, antes que o atual governo assumisse, para 5,69%, em 2005, com a perspectiva de encerrar o ano de 2006 abaixo da meta estabelecida pela autoridade monetária – 4,5% (a expectativa é que o IPCA registre alta de apenas 2,97%).

A manutenção do tripé câmbio flutuante, metas de inflação rígidas e superávits primários elevados, a despeito de garantir a estabilidade monetária, têm levado a economia brasileira a um estado de estagnação, uma vez que o país não consegue atingir um crescimento econômico mais robusto, como aquele observado pela grande maioria dos países emergentes.

O preço pago para se atingir essa estabilização tem sido alto demais, talvez conduzindo o Brasil a perder o bonde do crescimento mundial? É essa questão que este artigo buscará responder, com base nos números mais recentes da conjuntura nacional.

Inflação

Nos últimos três anos e dez meses, a inflação tem se mostrado bastante moderada. Os Índices Gerais de Preços (IGP), por exemplo, tiveram recordes históricos no ano de 2005, quando alcançaram sua menor marca.

Em 2003, o primeiro ano do atual governo, o IPCA apresentou alta de 9,3%. Essa foi influenciada pela

crise cambial verificada no ano anterior, a qual levou o país a sofrer uma série de ataques especulativos (com um dólar chegando a custar quatro reais), bem como pelos reajustes dos preços monitorados. Como os IGP, responsáveis por corrigir os preços dos serviços de telefonia¹, de energia elétrica e da maioria dos preços monitorados em 2002, obtiveram os maiores resultados desde a implantação do Plano Real, isso acabou impactando de forma decisiva na expressiva elevação da inflação naquele ano (Tabela 1). Não obs-

Tabela 1
Variação de preços por itens/grupo
2003

Itens/Grupo	Variação (%)
Tarifa de ônibus urbanos	20,95
Energia elétrica	21,31
Telefone fixo	19,10
Educação	10,03
Vestuário	9,59
Despesas Pessoais	7,48
Saúde e Cuidados Pessoais	10,21
Artigos de Residência	6,90
Alimentação e Bebidas	7,29

Fonte: IBGE

* Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

¹ A partir de 2006, foi criado pela ANATEL o índice de serviços de telecomunicações (IST), responsável pelo reajuste das tarifas nesse setor. Para o próximo biênio (2006/2007), a composição deste índice será a seguinte: IPCA (46,27%), INPC (4,78%), IGP-M (5,75%), IPA-OG/Máquinas (34,15%), IPA-Plásticos (1,63%), IPCA-Energia Elétrica (2%), IGP-DI (0,33%), SINAPI (3,96%) e IPCA-Correios (1,13%). Maiores informações, Cf. ANATEL (2006).

tante esses fatores terem contribuído negativamente com a inflação em 2003, os resultados dos IGP foram bem melhores do que aqueles observados no ano anterior (O IGP-DI fechou 2003 com alta de 7,66% ante 26,41% em 2002 e o IGP-M registrou alta de 8,69% ante 25,30% do ano anterior).

No segundo ano do governo Lula, o IPCA registrou a segunda queda consecutiva em relação ao ano imediatamente anterior. O índice fechou 2004 com alta de 7,6%. O resultado foi 1,7 ponto percentual abaixo do registrado em 2003. Mais uma vez, a inflação foi influenciada pelos preços monitorados. O grupo comunicação (13,91%) registrou a maior alta do ano (Tabela 2): só a tarifa de telefone fixo elevou-se 14,76% e a energia elétrica variou 9,64%. Esses reajustes, porém, foram menos acentuados do que em 2003. O outro grande responsável pela inflação em 2004 foi o grupo de combustíveis, que subiu 14,64%, devido à alta do preço do petróleo, que levou a Petrobrás a reajustar três vezes o valor da gasolina nas refinarias.

Tabela 2
Variação de preços por grupo - 2004

Grupo	Variação (%)
Transportes	10,99
Educação	10,44
Vestuário	9,95
Despesas Pessoais	6,84
Comunicação	13,91
Habitação	7,14
Saúde e Cuidados Pessoais	6,88
Artigos de Residência	5,42
Alimentação e Bebidas	3,86

Fonte: IBGE

Os IGP, porém, tiveram altas maiores em 2004 do que no ano anterior. O IGP-DI fechou o ano com alta de 12,13% ante 7,66% em 2003. Já o IGP-M registrou alta de 12,42% em 2004 ante 8,69% no ano anterior. Esses resultados foram fortemente pressionados pelo choque do petróleo e pela alta dos preços do aço (BARBOSA; GÓES, 2005).

O ano de 2005 registrou os melhores resultados do atual governo no que tange ao combate à inflação. Os principais índices de preços tiveram taxas bastante moderadas. O IPCA apresentou alta de 5,69%, registrando a menor variação desde 1998, quando o índice atingiu 1,65% e a terceira menor desde o início do

Plano Real (CARVALHO; LEPIKSON, 2006). O câmbio apreciado, advindo das exportações e dos juros altos, foi o principal responsável por tal desempenho.

Pelo terceiro ano consecutivo, a inflação foi diretamente influenciada pelos preços monitorados. A maior pressão sobre o IPCA deu-se com as tarifas e os serviços públicos. As tarifas de ônibus subiram 10,44%, o grupo transportes subiu 8,07% (Tabela 3), sendo o responsável pela maior alta do ano. A energia elétrica, por sua vez, cresceu 8,03%, enquanto o telefone fixo subiu 6,68% nesse mesmo período.

Tabela 3
Variação de preços por grupo - 2005

Grupo	Variação (%)
Transportes	8,07
Educação	7,16
Vestuário	7,11
Despesas Pessoais	6,99
Comunicação	6,45
Habitação	6,42
Saúde e Cuidados Pessoais	6,21
Artigos de Residência	2,71
Alimentação e Bebidas	1,99

Fonte: IBGE

Já os IGP registraram a menor alta em sua história (o IGP-DI e o IGP-M subiram 1,23% e 1,20%, respectivamente). O câmbio apreciado, mais uma vez, foi decisivo para tais resultados.

Dessa forma, os três primeiros anos da atual gestão foram marcados pelo bom desempenho no combate à inflação. A fixação de rígidas metas de inflação, os aumentos nos fluxos de capitais para os países emergentes e os saldos significativos na balança comercial foram fundamentais para a manutenção da estabilidade dos preços. A Tabela 4 resume o comportamento dos principais indicadores de preço observados ao longo do atual governo.

Tabela 4
Comportamento dos principais índices de preços

Índices	2003	2004	2005	2006*
IGP-DI	7,66	12,13	1,23	3,12
IGP-M	8,69	12,42	1,20	3,23
IPCA	9,30	7,60	5,69	2,97

Fonte: IPEADATA

*Expectativas coletadas pelo BC (20/10/2006)

Em 2006, a inflação permanece com sua trajetória de queda iniciada em 2003. Até setembro, o IPCA acumulou alta de 2,00%, resultado bem menor do que aquele observado em igual período de 2005, quando atingiu 3,95%. Considerando os últimos doze meses, a taxa situou-se em 3,70%, abaixo do resultado de 3,84% relativo ao mesmo período do ano anterior, sendo o menor índice desde junho de 1999.

Analistas de mercado já projetam que o IPCA alcance 2,97% em 2006, sendo que a meta de inflação para o ano é de 4,5%, ou seja, pela primeira vez o atual governo alcançará um resultado menor que o centro da meta estipulada pelo CMN (Gráfico 1).

Política monetária

O cumprimento das metas de inflação é o objetivo principal e quase único da política econômica do

governo Lula. O Banco Central (BACEN) tem utilizado basicamente as taxas de juros como único instrumento de combate à inflação. Mesmo com os excelentes resultados dos principais índices de inflação (Gráfico 2), o uso rígido de tais metas, desconsiderando os choques de oferta e a importância inercial dos preços administrados no Brasil, fez com que, nesse período, não se conseguisse alcançar o centro da meta nos três primeiros anos de mandato.

Não obstante a queda da SELIC, saindo de 25,5% em janeiro de 2003 para 13,75% em outubro de 2006, o país permanece praticando as maiores taxas de juros reais do mundo (Gráfico 3).

Por outro lado, essas taxas de juros elevadas têm atraído uma quantidade considerável de capitais de curto prazo. Como o câmbio é flutuante, a moeda vem se valorizando excessivamente, como pode ser

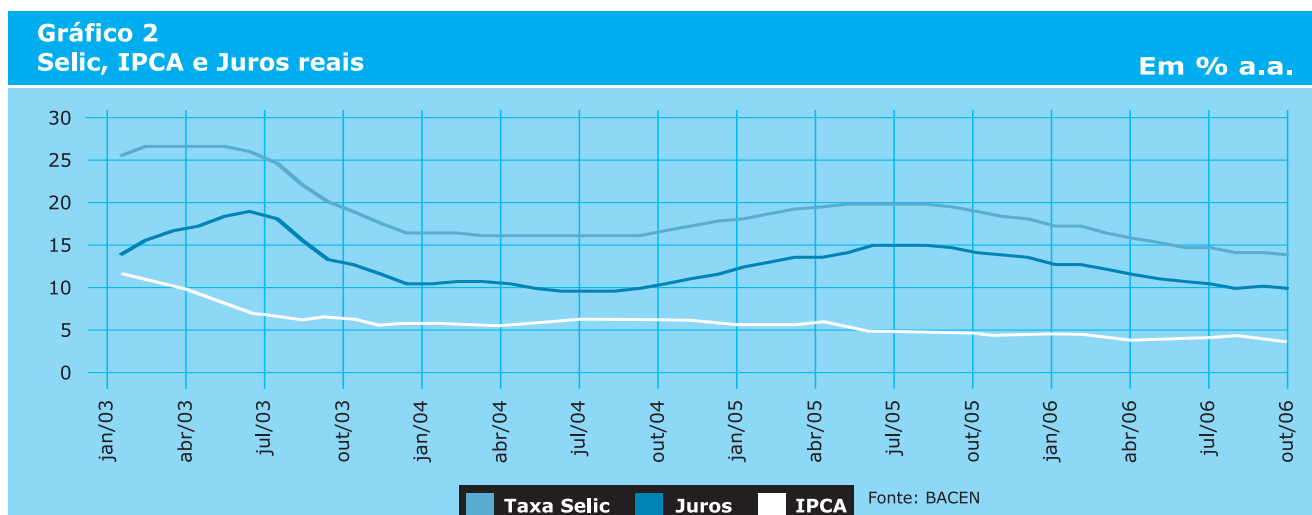
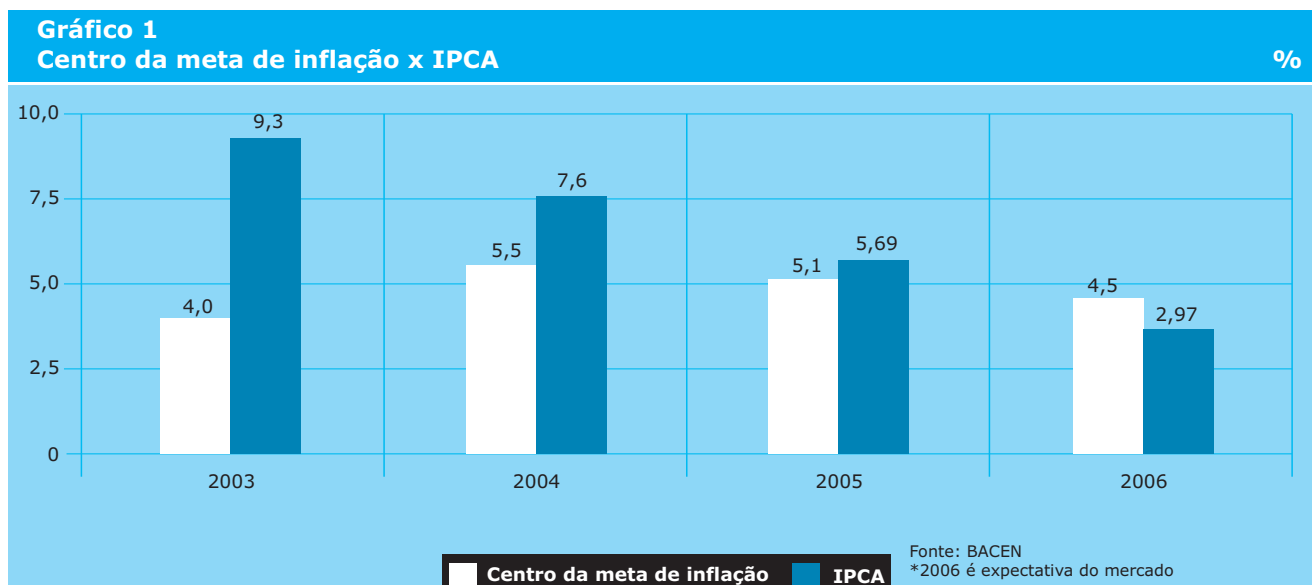
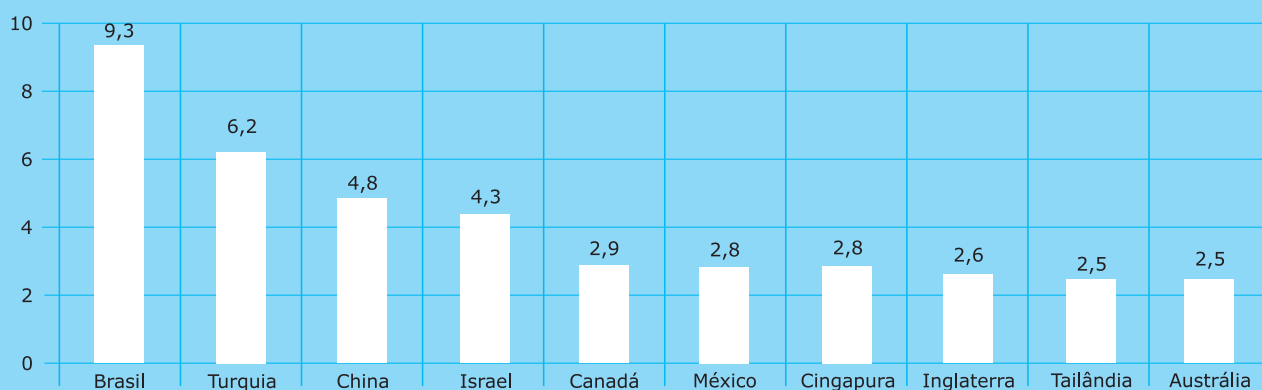


Gráfico 3
Taxa de juros reais - 2006

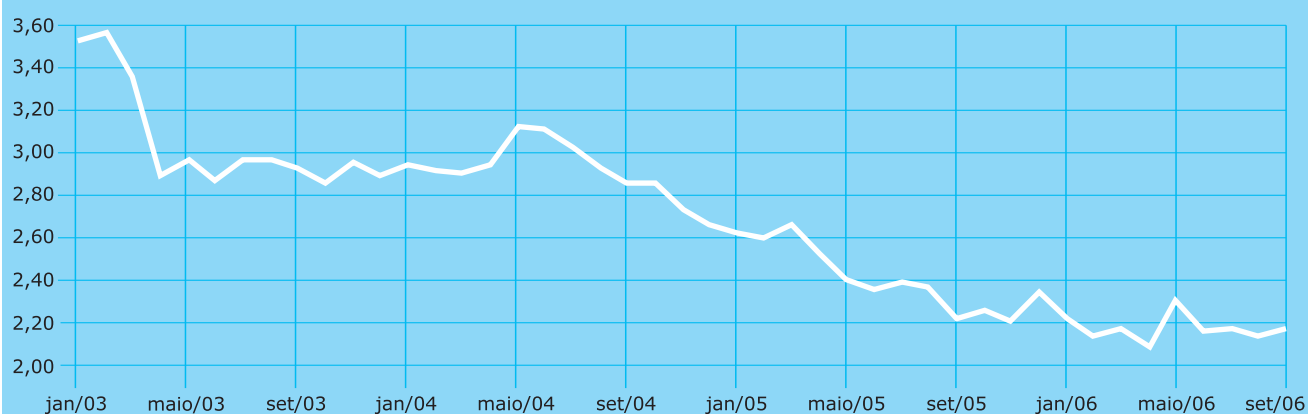
%



Fonte: UpTrend Consultoria

Gráfico 4
Taxa de câmbio

R\$/US\$



Fonte: BACEN. Taxa de câmbio comercial calculada no final do mês

observado no Gráfico 4. Apesar dos sucessivos saldos positivos da balança comercial, essa valorização acarretará, em algum momento, perda de dinamismo do setor externo.

A outra contradição existente no tripé é que, ao elevar as taxas de juros para conter a inflação, o BACEN aumenta o endividamento público, visto que, atualmente, 42,3% da dívida está atrelada à SELIC. Para conter esse endividamento, o governo vem praticando elevados superávits primários, o que prejudica o investimento público, “engessando” a economia brasileira.

Dessa forma, a política monetária restritiva de juros altos, além de inibir a demanda agregada, diminuindo o investimento e o consumo, aumenta o endividamento público e freia o crescimento do setor externo, devido

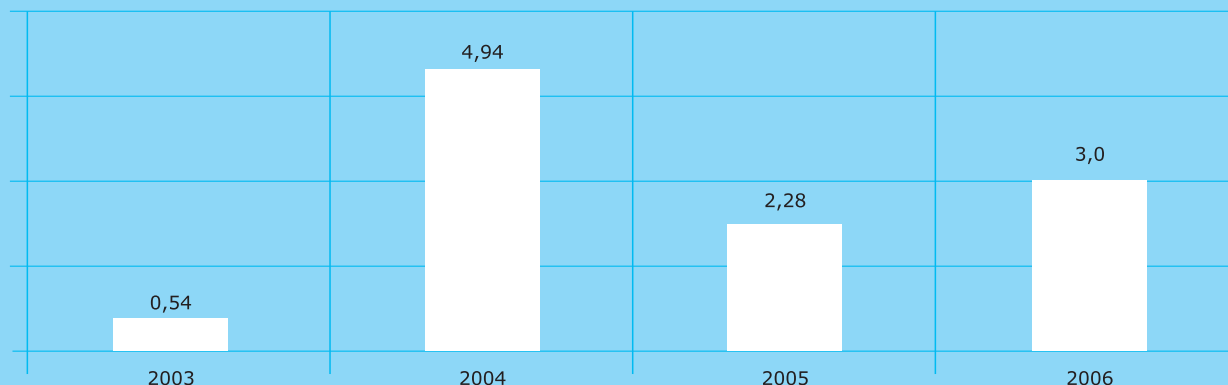
à excessiva valorização cambial. Segundo Mendonça de Barros (2006, p. A12): “[...]o câmbio valorizado deve tirar cerca de um ponto percentual de crescimento econômico em 2006.”

Com a continuidade da política econômica do segundo governo FHC, o atual governo manteve o baixo crescimento econômico verificado na década de 1990. O Brasil foi um dos países emergentes que menos cresceu nesse período. Infelizmente, o “vôo da galinha” se fez presente no atual governo (Gráfico 5).

Vale lembrar que nesses últimos três anos e dez meses, o atual governo observou um ambiente de bastante tranquilidade em nível internacional, influenciado pelo crescimento econômico dos EUA e, principalmente, da China, além da alta liquidez do mercado de capitais.

Gráfico 5
Crescimento do PIB

%



Fonte: BACEN
*2006 é expectativa do mercado

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores de Conjuntura*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2006.

BARBOSA, Gabriel; GÓES, Thiago. *A lógica da contradição*. Disponível em: <<http://www.nec.ufba.br>>. Acesso em: 02 set. 2006.

CARVALHO, Everton; LEPIKSON, João. Política monetária e fiscal: balanço de 2005 e as perspectivas para 2006. Disponível em: <<http://www.nec.ufba.br>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

CINTRA, Marcos. *Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 73, 2005.

GUIMARÃES, Luiz. Focus não vê virada na política monetária. *Valor Econômico*, São Paulo, p. C2, 10 out. 2006.

IBGE. *Estatísticas: indicadores*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2006.

IPEADATA. *Indicadores*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2006.

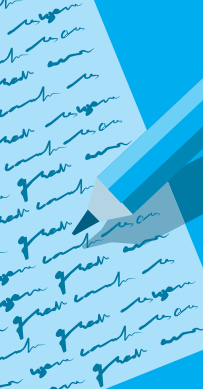
LAGE, Janaina. Inflação anual deve ficar no piso da meta. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, p.B4, 07 out. 2006.

LAMUCCI, Sérgio. Tripé da estabilização freia crescimento, diz Mendonça de Barros. *Valor Econômico São Paulo*, p. A2, 28 ago. 2006.

RIBEIRO, Alex. Mercado já vê inflação abaixo da meta em 2007. *Valor Econômico*, Brasília, p. A4, 30 ago. 2006.

RIBEIRO, Alex. Copom reduz taxa selic a 13,75%. *Valor Econômico*, Brasília, p.C1, 19 out. 2006.

VIEIRA, Fabrício. Brasil permanece no topo do ranking dos juros reais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.B3, 18 out. 2006. ■



O semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável

Elissandra Alves de Britto*

Nícia Moreira da Silva Santos**

A análise sobre a estrutura da zona rural brasileira revela uma nova característica do desenvolvimento rural. Este passa a assumir um papel relevante na geração de empregos e outras formas de ocupação da mão-de-obra, como turismo, gestão do meio ambiente, comércio e serviços que não estão diretamente vinculados à agricultura, mas poderão contribuir para manter a população na zona rural. Portanto, não somente as atividades agrícolas, como também as não-agrícolas são alvo de uma investigação, a fim de que possa ser revelada sua importância para a valorização dos campos baianos, ao amenizar o êxodo rural descontrolado.

A despeito do dinamismo de sua economia na década passada, a Bahia ainda se apresenta com um grau de urbanização¹ inferior ao da maioria dos estados brasileiros. Esta questão pode ser explicada pelo fato de 43,9% da população baiana viver no campo, o que leva o estado a ser considerado como o que possui a maior população rural do país, em termos absolutos. Acredita-se que esse fenômeno seja devido, em parte, à forte capacidade de fixação do agrobião e à reduzida atração exercida pela maioria das cidades desse estado.

Para entender esse comportamento é necessário analisar algumas peculiaridades do estado na estrutura de posse, uso da terra e nas atividades econômicas. No que diz respeito à área dos estabelecimentos e à condição do produtor com relação à posse da terra, têm-se que são características que contribuem para manter o elevado percentual da população na zona rural, na medida em que o tamanho dos minifúndios proporcionam maior liberdade de ação aos pequenos produtores, e a condição de proprietário da terra garante a fixação da família do pequeno produtor (BORGES, 1993).

De acordo com Borges (1993, p.66), o processo de modernização agrícola aqui implantado não se ve-

rificou nos mesmos moldes das outras regiões do país, em virtude desta “[...] ocorrer, principalmente, em áreas escassamente povoadas do Oeste, impediu que esse processo tivesse, aqui, as mesmas consequências demográficas observadas, por exemplo, no Sul/Sudeste do país.” Um outro importante fator a ser ressaltado é a expansão de culturas tradicionais, ocorrida na região Nordeste do estado, a exemplo da mandioca, milho e feijão que são intensivas em mão-de-obra. A estes fatores pode-se ainda agregar, embora em menor magnitude, as características geográficas da região, que permitiram aos habitantes da zona rural desenvolverem atividades como a pesca, não tão importantes como potencial econômico, mas significativas para a subsistência.

Na década de 1990, com os processos de ajuste verificados na economia nacional, a iniciativa do trabalhador rural em migrar para as regiões mais desenvolvidas do país modificou-se. As estratégias de saída de alguns membros da família do pequeno produtor, por um período, utilizadas pelos migrantes, foram abandonadas em virtude da redução no nível do emprego nos principais centros urbanos do país.

Com os processos de ajuste verificados na economia nacional, a iniciativa do trabalhador rural em migrar para as regiões mais desenvolvidas do país modificou-se

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da SEI.

** Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da SEI.

¹ Razão entre a população urbana e a população total do município ou região.

Nesse aspecto, passa-se a investigar as mudanças implementadas no campo que, além de possibilitar o convívio humano, minimizam os impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais. O esvaziamento do campo e, conseqüentemente, o inchaço nas cidades, responsável, em última análise, pelo agravamento do desemprego e da violência, representa o outro lado da moeda da introdução do capitalismo no campo.

Não obstante os avanços verificados na institucionalização de políticas de combate aos graves problemas associados à pobreza rural que atinge grande parte do interior do país, ainda não se alcançou o grau de dinamização, desenvolvimento social e econômico desejado no meio rural. No século XXI, os desafios impostos para viabilizar um desenvolvimento rural sustentável conduzem a “novos olhares” sobre o campo, mediante a reformulação do discurso sobre a valorização da agricultura familiar.

Nesse contexto, tem surgido, em todo o mundo, muitas discussões a respeito das novas funções do meio rural (ainda que alguns insistam em se referir apenas à agricultura), como a proteção ambiental, turismo rural, o lazer, a moradia e a produção de bens e serviços não-agrícolas. Esse novo contexto requer institucionalidade, mais adequada à agilidade com que os desafios se apresentam cotidianamente para a agricultura familiar: seja no mundo desenvolvido, seja nos países em desenvolvimento (ALVES FILHO; SALCIDES, 2002, p.5).

Pressupondo que o fortalecimento da agricultura familiar pode contribuir para o resgate social e a geração de emprego e renda, defende-se a mobilização e a articulação dos atores sociais nas ações voltadas para o alcance do desenvolvimento rural sustentável, a fim de garantir maior eficiência e eficácia às políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual.

Dessa forma, salienta-se que a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) no final do século XX e, por conseguinte, a implantação de programas semelhantes nos estados e municípios constituiu-se num passo importante para o resgate da agricultura familiar, marginalizada pela política de modernização conservadora da agricultura brasileira nas últimas décadas.

Assim, o objetivo deste artigo é investigar ações que possam ser aplicadas nos campos baianos, de for-

ma a valorizar uma região marcada por forte heterogeneidade. Parte-se do princípio de que o interior baiano é caracterizado pela diversidade de mundos rurais, onde ao tempo que se configura o “novo rural desenvolvido”, com a proliferação de atividades não-agrícolas relacionadas ao turismo rural e às novas atividades agrícolas modernas, tem-se o “novo mundo rural atrasado”, em que o trabalho em tempo parcial é resultado das estratégias de sobrevivência utilizadas pelo agricultor.

A análise sobre o “novo mundo rural desenvolvido” e o “novo mundo rural atrasado” é feita no âmbito da discussão apresentada por estudiosos sobre o assunto

A análise sobre o “novo mundo rural desenvolvido” e o “novo mundo rural atrasado” é feita no âmbito da discussão apresentada por estudiosos sobre o assunto, como José Graziano da Silva (2002, p.ix) que, em seu livro *O Novo Rural Brasileiro*, defende que o “novo rural” compõe-se basicamente de quatro grandes subconjuntos:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais...;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e;
- d) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Nesse aspecto, verifica-se que a velha forma de caracterizar o mundo rural já não faz mais sentido, já que o meio rural não é mais exclusivo das atividades agrícolas. No nordeste, em decorrência das condições adversas e do próprio atraso socioeconômico, as famílias rurais passam a diversificar suas atividades (SEI, 1999, p.10).

O novo mundo rural baiano é apresentado neste artigo sob o ponto de vista das novas atividades que estão surgindo no meio rural e das alternativas de combate à seca que são responsáveis, juntamente com as aposentadorias e as políticas sociais, pela amenização do êxodo rural verificada nos últimos anos. Levanta-se a bandeira de que é preciso tornar desenvolvido o novo atrasado e para tanto são analisadas as características marcantes dos campos baianos, a fim de que possam ser criadas estratégias de vincular as atividades agrícolas de baixa renda e de tempo parcial às atividades não-agrícolas, caracterizando assim o novo mundo rural.

A luta pela sobrevivência favorece o surgimento do trabalho em tempo parcial, da pluriatividade, da busca por fontes alternativas à obtenção da energia elétrica tradicional, como a energia solar fotovoltaica, e das atividades não-agrícolas. Esta última também impulsiona a transformação do mundo rural, na medida em que atrai empresas que procuram melhores condições para seu funcionamento e o bem-estar de seus empregados, bem como recebem pessoas oriundas dos grandes centros urbanos (SEI, 1999, p.14).

O novo mundo rural é configurado por atividades emergentes que estão relacionadas com o turismo, lazer, preservação ambiental, infra-estrutura etc.

Assim, o novo mundo rural é configurado por atividades emergentes que estão relacionadas com o turismo, lazer, preservação ambiental, infra-estrutura etc. e que visam revalorizar o campo. Para o lazer são estruturadas atividades como pesque-pague, hotel-fazenda, fazenda-hotel, turismo ecológico etc. Além dessas, como efeito do processo de urbanização do meio rural, tem-se uma crescente demanda por serviços públicos e privados.

Na Bahia, a heterogeneidade presente nos campos reprodut, por meio das relações socioeconômicas dos agricultores, características presentes no restante do país. O cenário aí descrito é marcado por uma agricultura especializada, como a produção de grãos no oeste do estado e por uma agricultura familiar, geralmente pouco capitalizada, na região semi-árida.

Além de se tratar de um estado em que a retenção da mão-de-obra está ligada à estrutura agrária, tem-se que a particularidade dos proprietários dos imóveis serem os próprios produtores possibilita outras formas de ocupar as pessoas e complementar a renda agrícola, como algum membro da família de um agricultor trabalhar temporariamente nas lavouras de outras propriedades.

O estudo das configurações dos campos baianos permite identificar, em muitas microrregiões da Bahia, que a ausência da modernização agrícola e a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), processos fortemente difundidos até final da década de 1980 no Brasil, acarretou a inexistência de problemas como o desemprego tecnológico. Entretanto, os agricultores baianos das regiões atrasadas foram bastante atingidos com a queda dos preços agrícolas, levando-os, como estratégia de sobrevivência, à intensificação da pluriatividade que, no caso desses baianos, não está atrelada somente ao trabalho em tempo parcial, mas também às migrações temporárias. Essa mudança caracteriza a formação do “novo rural atrasado” que passa a compor, juntamente com a dinâmica implantada nas regiões modernizadas do estado, um novo cenário (SEI, 1999, p. 18).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da avaliação da nova dinâmica dos campos baianos, mediante a análise da região semi-árida. A escolha do semi-árido decorre do fato dessa área concentrar nove² dentre as quinze Regiões Econômicas do estado, além de integrar legalmente treze municípios pertencentes às demais regiões³. A composição da maior parte das regiões econômicas credencia essa área com um arcabouço de extrema riqueza de detalhes, pois, ao tempo

Ressalta-se a importância da avaliação da nova dinâmica dos campos baianos, mediante a análise da região semi-árida

² Regiões: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte Diamantina, Médio São Francisco, Serra Geral, Chapada Diamantina e Irecê.

³ Na RE Litoral Norte: Inhabupe e Sátiro Dias; na RE Recôncavo Sul: Brejões, Castro Alves, Itatim, Milagres, Santa Terezinha e Ubaíra; e na RE Oeste: Cocos, Coribe, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho. Cf. Lopes e Dias (2003).

em que se encontra esparsos núcleos dinâmicos, convive-se com um sistema produtivo de características arcaicas. Esta heterogeneidade, peculiar à Bahia, em que se tem da agricultura capitalista altamente mecanizada à agricultura familiar de subsistência, dificulta a caracterização do campo baiano, na perspectiva de que se convencionou chamar de Novo Mundo Rural.

Semi-árido baiano: caracterização e principais problemas

O espaço no semi-árido é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, em que a variabilidade de relevos, microclimas e disponibilidades hídricas tendem a refletir fortemente a diversidade sócio-econômica de cada espaço.

No que tange aos aspectos demográficos, tem-se que o semi-árido abriga quase a metade da população da Bahia — 48,4% ou 6.320.887 habitantes, segundo o Censo 2000 (IBGE, 2000). Entretanto apresenta uma densidade demográfica de 13,3 hab/km², bastante inferior ao restante do estado, que é de 37,7 hab/km². Povoados de forma desordenada, abriga vazios demográficos, a exemplo do Raso da Catarina, e áreas com grande concentração populacional, como o entorno do município de Feira de Santana.

De acordo com a composição da população, verifica-se que 47% encontram-se alocada no meio rural, enquanto 53% estão nos centros urbanos. Vale destacar que a parcela urbana está quase totalmente situada em aglomerados urbanos que se constituem em pólos de desenvolvimento do semi-árido, como: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi e Irecê. O contingente rural, por sua vez, encontra-se localizado de maneira espacialmente dispersa em pequenas comunidades.

A organização da produção é expressa num conjunto de lavouras e de criação animal, exploradas em sistemas de produção predominantemente rústicos, devido, fundamentalmente, à ausência de condições climáticas adequadas. Nas áreas de serra, como a Chapada Diamantina, destacam-se a produção de feijão e mamona, especialmente em Irecê, e de café. No alto do curso do rio de Contas, produz-se arroz irrigado e cultivos de hortaliças. Em regime de irrigação, as principais culturas exploradas são: uva, melão, manga, mamão, melancia, cebola, tomate, aspargo, batatinha, cenou-

ra, alho e pepino. As principais lavouras do semi-árido, segundo a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2005), relativamente a área plantada, são: feijão, milho, sorgo, mandioca, mamona, café e fumo.

A pecuária apresenta-se como uma das atividades mais importantes da região, ocupando 66% das terras estaduais (BAHIA, 1995). Os maiores efetivos de rebanho da Bahia estão localizados nessa área, sobretudo de caprinos, ovinos, asininos, suínos e bovinos, concentrando mais da metade dos efetivos de rebanho estadual, criados de modo extensivo a semi-extensivo, com produtividade média baixa.

O Produto Interno Bruto (PIB), obtido com base no PIB Municipal calculado pela SEI/IBGE, manteve-se constante em torno de 25%, entre 2000 e 2003. A despeito de abranger grande parte da área total do estado e abrigar quase a metade da população, a produção da região não chega a um terço do produto gerado na Bahia. O PIB *per capita* dos municípios segue no mesmo sentido, apresentando-se com uma participação de R\$ 1.439,00, cinco vezes menor comparado ao restante do estado, que foi de R\$ 7.537,00.

Esse comportamento pode estar associado ao atraso a que a região está submetida, em decorrência de suas características peculiares, como a baixa renda da população regional e o alto índice de concentração de terras que dificultam a realização da produção. Historicamente, o principal entrave para o desenvolvimento da produção agropecuária no semi-árido tem sido a oferta insuficiente de água, por falta de chuvas regulares e a carência de sistemas de captação e de distribuição das águas subterrâneas e dos rios.

Assim, o objeto de estudo deste artigo é a agricultura familiar de subsistência, que se configura como fonte de sustento e trabalho de grande parte dos pequenos produtores rurais, e que é a mais afetada pela crise de

O objeto de estudo deste artigo é a agricultura familiar de subsistência, que se configura como fonte de sustento e trabalho de grande parte dos pequenos produtores rurais

produção que ocorre durante as secas. Esta situação ao impossibilitar a geração do excedente econômico, mediante a venda dos cultivos, força o agricultor a complementar a renda com trabalhos rurais não-agrícolas e, em casos extremos, o induz à migração, na busca de melhores oportunidades.

Como característica, em geral, tem-se que a atividade agrícola do semi-árido é marcada pela baixa produtividade das culturas em relação às demais áreas do estado, utilização de tecnologias rudimentares, baixa renda gerada, baixo grau de tecnologia e existência, na maioria dos casos, da agricultura de subsistência. Nesse aspecto, as atividades são realizadas na região, predominantemente em pequenas áreas, com exceção da agricultura irrigada (CAR, 1995).

Concomitantemente com as secas, a existência de uma estrutura fundiária altamente concentrada se constitui em um dos principais obstáculos ao crescimento econômico das populações do semi-árido. Segundo a CAR (1995), 73% das propriedades tem áreas de menos de 20 hectares, ocupando em torno de 10% da área total do semi-árido. Já as propriedades superiores a 1.000 hectares, representando 0,5% das propriedades, concentram 32% da área agrícola da região. Pode-se inferir, desta forma, que a agricultura familiar de subsistência, base fundamental da região, tem ocupado áreas insuficientes, até mesmo para o sustento da família.

A concentração na estrutura fundiária verificada no semi-árido baiano, além de ser um problema em si, reflete-se em outros indicadores sociais extremamente desfavoráveis para a população do estado. O mais grave é, sem dúvida, a questão da pobreza rural e urbana e suas consequências imediatas — subnutrição, analfabetismo ou baixo nível de escolaridade, péssimas condições de saúde, moradias precárias, baixa expectativa de vida, entre outras. A concentração da propriedade da terra, embora não seja a única, é uma das principais causas da miséria existente, não só na região semi-árida como também em outras áreas (CAR, 1995).

As populações do semi-árido baiano detêm renda monetária muito inferior à média nacional

Um outro aspecto a ser ressaltado é que as populações do semi-árido baiano detêm renda monetária muito in-

ferior à média nacional. Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000), a renda média dos chefes das famílias brasileiras na zona rural é de R\$ 328,00, enquanto no Nordeste é de R\$ 186,00 e na Bahia, R\$ 190,00, situando-se bem abaixo do valor socialmente necessário para a sobrevivência (Tabela 1).

Tabela 1
Rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio – 2000

Estados da Federação	Renda Média - R\$	Urbana	Rural
Brasil	769	854	328
Norte	577	663	335
Nordeste	448	549	186
Bahia	480	574	190
Sudeste	945	993	428
Sul	796	868	463
Centro-Oeste	856	904	518

Fonte: Censo Demográfico de 2000

Para o semi-árido baiano, tem-se que o rendimento médio mensal das famílias é de apenas R\$ 130,00, menos da metade do salário mínimo. Partindo-se do princípio de que a linha de pobreza para comparação internacional, sugerida pelo Banco Mundial, baseia-se em US\$ 2,00 americanos por dia, como um indicador de renda para a sobrevivência de um indivíduo na América Latina e Caribe, e tomando-se como base a cotação do dólar de R\$ 2,30, em maio de 2006, tem-se o rendimento médio comparativo para a linha de pobreza de R\$ 138,00 mensais *per capita*, ou seja, a renda mensal familiar no semi-árido baiano, encontra-se abaixo da linha de pobreza.

Verifica-se, assim, que o semi-árido baiano tem baixo nível de renda dos chefes de domicílios, além das características citadas anteriormente e das condições ecológicas com alta vulnerabilidade. Tais traços interferem de maneira negativa tanto nas condições econômicas e sociais quanto nas possibilidades de desenvolvimento da região.

Valorizando o semi-árido baiano

A heterogeneidade existente no semi-árido baiano exige que sejam criadas medidas coerentes com a particularidade do local, de forma a superar os limites dados por condições naturais, políticas e econômicas.

Ao mesclar aspectos econômicos aos sociais, históricos, políticos e ambientais desenvolve-se a defesa da garantia da sobrevivência e da melhoria das formas de vida e de produção preexistentes, promovendo, assim, um desenvolvimento rural mais persistente.

O fortalecimento das formas de produções locais, mediante a concentração de interesses sedimentados na própria região, assume uma extrema relevância no processo de desenvolvimento rural sustentável. Nesse aspecto, valoriza-se a região semi-árida, por meio da luta pelo resgate da agricultura familiar que, marginalizada pela política de modernização da agricultura brasileira, verificada nas últimas décadas, conduziu ao enraizamento de uma massa de trabalhadores excluídos.

Na Bahia, a heterogeneidade aí existente permite contemplar os diversos aspectos da agricultura familiar, quais sejam: a dos agricultores familiares já consolidados, que conseguem acompanhar o progresso técnico; agricultores em fase de consolidação,

mais efetivo das instituições governamentais. Uma iniciativa nessa direção surgiu com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que tem por finalidade auxiliar os agricultores familiares a explorarem as possíveis oportunidades agrícolas e não-agrícolas de geração de renda. Com a consolidação dessa agricultura, o desenvolvimento rural é desencadeado e o PRONAF passa a agir, levando em consideração as iniciativas de âmbito local.

Na tentativa de atingir seus objetivos, esse programa foi segmentado em diversas linhas de ação, conhecidas como Pronaf-crédito, Pronaf-Infra-estrutura e Serviço, Pronaf-capacitação, e Negociação de políticas públicas. No Pronaf-crédito, classifica-se o agricultor em quatro grupos: A - são os assentados provenientes do processo de reforma agrária; B - refere-se às famílias muito pobres; C - famílias com renda bruta anual entre R\$ 1.500,00 e R\$ 10.000,00; e D - famílias com renda bruta anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00. Este último grupo é responsável pela contratação da mão-de-obra temporária e de até dois empregados permanentes, existentes nas propriedades.

Uma pesquisa de campo realizada em 2001, com o propósito de verificar o impacto da linha de crédito do Pronaf para os agricultores familiares dos grupos "B", "C" e "D", traz a discussão da operacionalidade do Pronaf-crédito na Bahia. Essa pesquisa desenvolveu-se no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), como parte do projeto "Elaboração de uma Metodologia de Monitoramento Contínuo do Impacto do Pronaf a partir de Informações dos Beneficiários", aplicada em oito estados brasileiros (COUTO FILHO; CERQUEIRA, 2002).

Essa pesquisa mostra que o crédito influencia de forma positiva, contribuindo para a melhoria dos indicadores, no que diz respeito à produtividade. Entretanto, segundo a finalidade do crédito de custeio, constatou-se que os agricultores, além de aplicarem os recursos nas lavouras, também o utilizaram em atividades não-produtivas, como despesas de ordem pessoal, o que caracteriza que o crédito, embora essencial, deve estar atrelado a um conjunto de ações capazes de otimizar a tomada de recursos⁴ (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p.115).

⁴ É importante salientar que as informações colhidas referem-se ao primeiro ano da pesquisa.

Na Bahia, a heterogeneidade aí existente permite contemplar os diversos aspectos da agricultura familiar

aqueles que continuam competitivos; e agricultores em processo de decadência, que utilizam técnicas e instrumentos de produção rudimentares. No caso do semi-árido baiano, grande parcela da região possui agricultores classificados nessa última categoria.

Essa característica leva à necessidade de formular políticas de desenvolvimento rural integrado para o estado, de maneira que as políticas agrárias e agrícolas para o fortalecimento da agricultura sejam efetivadas, juntamente com políticas de geração de novas oportunidades de empregos rurais não-agrícolas. Entretanto a aplicação deve ser diferenciada, levando-se em conta que as particularidades resultantes da forte heterogeneidade dos espaços e técnicas produtivas determinam formas distintas de inserção dos agricultores baianos no meio rural.

Assim, acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar é de grande relevância para o desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, necessita-se de um apoio

Considerando o grau de heterogeneidade da agricultura baiana e o grande contingente de sua população rural, a ação do PRONAF, rompendo com alguns aspectos limitantes como o baixo nível de escolaridade dos beneficiários e a falta de integração entre os diferentes agentes, pode contribuir para que a agricultura familiar assuma uma posição estratégica na construção de alternativas para os agricultores descapitalizados.

Considerações finais

A análise do semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável levanta a discussão sobre como lidar com o grau de heterogeneidade da agricultura baiana e o grande contingente de sua população rural. Assim, aborda-se a questão da possibilidade da agricultura familiar assumir uma posição estratégica na construção de alternativas para geração de emprego e renda.

Não obstante os avanços verificados na institucionalização de políticas de combate à pobreza rural, ainda não se alcançou o desenvolvimento social e econômico desejado. Dessa forma, atribui-se a agricultura familiar o poder de resgatar os trabalhadores excluídos do campo. Defendendo-se, assim, a mobilização e a articulação dos atores sociais nas ações voltadas para o alcance do desenvolvimento rural sustentável, a fim de garantir maior eficiência e eficácia às políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual.

Referências

ALVES FILHO, Eloy; SALCIDES, Arlete. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 40, 2002, RS. *Reforma Agrária: Novas Perspectivas para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil rural*. RS, 2002. 10 p.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Projeto Sertão Forte - Programa de desenvolvimento sustentável do semi-árido baiano*. Salvador, 1995, 289 p.

BORGES, Ângela. Urbanização na Bahia: sobre o atraso do processo e urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.3, n.2, p.57-71, jan. 1993.

BRITTO, Elissandra. *A dinâmica do novo mundo rural e o seu reflexo na RMS*. 2004. 128p. Dissertação (Mestrado em Economia) _ Faculdade de Ciências Econômicas _ UFBA, Salvador, 2004.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *A Agropecuária no semi-árido da Bahia*. Salvador, : CAR, 1995. 139 p.

CERQUEIRA, Patrícia da Silva; ROCHA, Ana Georgina. A agricultura familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão. *Bahia Análise & Dados*. Salvador. v.12, n.3, dez. 2002, p. 103-117.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *A ocupação da mão-de-obra agrícola e o êxodo rural no Brasil: situação atual e perspectivas*. 1997a. Monografia (Conclusão do Curso de Especialização em Formulação e Análise de Políticas Agrícolas) Instituto de Economia/UNICAMP, 1997, São Paulo.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Revendo o rural baiano. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.41, p.18, out. 1997b.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde; CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Um olhar sobre o crédito do Pronaf na Bahia. *Socioeconomia. Bahia Agrícola*, v.5, n.2, nov. 2002.

IBGE. *Pesquisa Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2005.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patrícia Chame. Grandes áreas da Bahia – características demográficas gerais: 1980 – 2000. . In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. *Dinâmica Sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p.109-118. v.1. (Série estudos e pesquisas).

SANTOS, Nícia Moreira da Silva. *Energia solar para irrigação no semi-árido: o caso da Associação dos Produtores e Horticultores do Açude do Rio do Peixe*. Capim Grosso (BA). 2006. 82p. Monografia (Graduação em Economia)_ Faculdade de Ciências Econômicas _ UFBA, Salvador, 2006.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: _____. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. p.1-32.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. 88p. (Série Estudos e Pesquisas, 42). ■



Desempenho do turismo no Brasil e na Bahia nos últimos seis anos

Rosângela Ferreira Conceição*

Por volta do século XVI, o movimento cultural conhecido como Renascimento, marcado pelo desenvolvimento das artes, das ciências, das letras e pelas mudanças nos costumes, despertou na sociedade a curiosidade e o anseio por conhecer. Nesse momento, artistas, artesãos, músicos e poetas viajavam com muita frequência de uma cidade para outra. A partir de meados do século XVIII, com as mudanças que ocorreram no mundo, em especial a Revolução Industrial, os deslocamentos das pessoas também se intensificaram e geraram novas necessidades. Segundo Lage e Milone (2001, p.37):

O período entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi marcado por dois fatos importantes na história do turismo – a transformação econômica e social ocorrida como consequência da Revolução Industrial; e o surgimento da classe média com novos gastos e necessidades, principalmente no que se refere ao tempo livre disponível para o lazer.

As primeiras atividades turísticas, no entanto, só foram organizadas em meados do século XIX. Para atender a essa nova demanda do mercado, foram necessárias mudanças e aperfeiçoamento nos meios de transporte, hospedagens e qualidade dos serviços. Com relação aos meios de transportes, em 1600, o principal transporte turístico era a carruagem. Mais tarde passaram a ser utilizados os trens, navios, automóveis e, posteriormente, em meio às grandes descobertas, o transporte aéreo, que além de ser mais seguro é rápido, diminui as distâncias e proporciona mais conforto ao viajante.

Os meios de hospedagem foram igualmente se sofisticando para suprir a demanda por hóspedes, exigindo a contratação de pessoas qualificadas no ramo. Era crescente o interesse de proporcionar um bom

atendimento, sofisticando-se os serviços oferecidos. No Brasil, segundo Lage e Milone (2006, p.39): “... o turismo começou no ano de 1922, motivado pelas festas do Centenário da Independência.” Hoje, com as novas formas de políticas, voltadas para o desenvolvimento e o crescimento sustentável, esse novo mercado vem demonstrando um bom desempenho.

Este artigo tem como objetivo apresentar o desempenho do turismo no Brasil e na Bahia nos últimos seis anos

Este artigo tem como objetivo apresentar o desempenho do turismo no Brasil e na Bahia nos últimos seis anos, a partir de breve análise, levando em consideração seus aspectos econômicos e sociais, os impactos deste novo mercado em expansão, bem como evidenciar suas perspectivas quanto à entrada de turistas, receita atraída, geração de emprego e investimentos públicos e privados voltados para o desenvolvimento, além de enfatizar as tendências desse mercado nos anos seguintes.

Seu conteúdo é apresentado em duas seções: a primeira trata do turismo no Brasil, envolvendo uma análise da entrada de turistas no país, os impactos provenientes da atração de divisas, da geração de emprego e renda, finalizando como uma visão das perspectivas

* Economista; Técnica da SEI.

de metas do turismo nos próximos anos; na segunda, faz-se uma comparação entre o turismo no Brasil e na Bahia, avaliando-se o desempenho destes em relação à entrada de turistas e à receita gerada.

Turismo no Brasil

Dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) apontam resultados positivos do mercado turístico. Este inovador ramo de atividades tem gerado não apenas divisas para o país, como também tem exercido forte influência no melhoramento do desenvolvimento cultural, social e econômico, contribuindo para o crescimento sustentável da economia brasileira.

No período de 2000 a 2005, o Brasil atraiu cerca de 28,2 milhões de turistas. Dentre estes, destacaram-se estrangeiros residentes na Itália, Portugal, Espanha, EUA, Argentina, França e Alemanha. Os principais visitantes no período foram os argentinos.

Na Tabela 1, observa-se, no ano de 2001 em relação a 2000, uma queda de 9,4% na entrada de turistas no Brasil. Isso deveu-se a diversos fatores, dentre os quais destaca-se a crise da Argentina — moratória, controle cambial e escassez de dólares.

Tabela 1
Entrada de turista: Brasil, 2000-2005

Ano	Fluxo (em milhões)	Variação (%)
2000	5,3	-
2001	4,8	-9,4
2002	3,8	-20,8
2003	4,1	7,9
2004	4,8	17,1
2005*	5,4	12,5
Total	28,2	-

Fonte: Embratur

* Dados estimados

Outro acontecimento que determinou impacto negativo no turismo brasileiro, no ano de 2001, foi o atentado nos Estados Unidos da América, no dia 11 de setembro, em Nova York, que ocasionou grande instabilidade no país e repercutiu na economia mundial. No ano de 2000, os EUA eram responsáveis por 12% da entrada de turistas no Brasil, caindo 8% no ano seguinte.

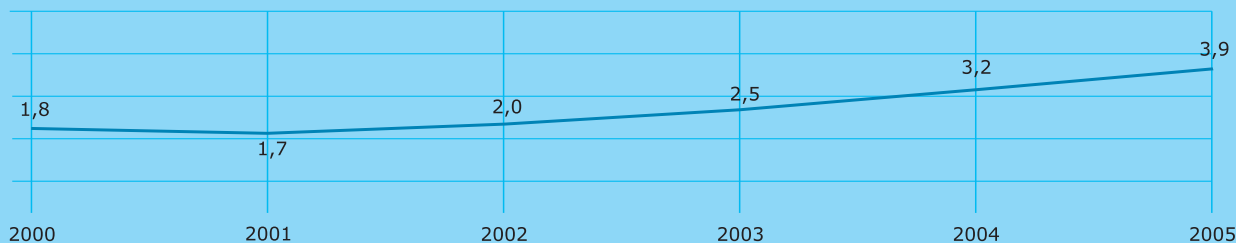
O turismo no Brasil foi marcado, no ano de 2002, pela grande diminuição na entrada de turistas. Essa atividade registrou uma queda de 20,8% quando comparada ao ano anterior. A Copa do Mundo na Coreia/Japão, foi um dos principais determinantes do desvio do destino turístico. Após registrar variação negativa nos anos de 2001 e 2002, nos dois anos seguintes apresentou uma tendência de crescimento, registrando variação de 7,9% e 17,1%, respectivamente. Em 2005, esta variação foi menor, registrando crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior. Parte desse menor crescimento decorreu da crise da Varig — cancelamento de vôos, venda da companhia, demissão em massa do quadro de funcionários etc. — no mesmo período.

A análise da evolução deste mercado — de 2000 a 2005 — torna evidente um crescimento de 1,9% no volume de turistas que ingressaram no país. Deste modo, o mercado turístico brasileiro, nos últimos períodos, vem demonstrando, por meio de suas taxas, uma tendência de crescimento, recuperação e desenvolvimento.

Como um dos principais interesses pela entrada de turistas no país é a atração de divisas para dinamizar a economia, o Brasil vem demonstrando uma tendência de crescimento consideravelmente satisfatória e com superação das principais metas. Ressalta-se que a taxa de câmbio é de principal relevância para o desenvolvimento do turismo de um país. Assim, se o valor da moeda brasileira estiver sobrevalorizada, estimulará uma crescente demanda por viagens ao exterior — o chamado turismo emissivo; caso ocorra uma desvalorização da moeda em relação ao dólar, aumentará a demanda pelo turismo receptivo.

Conforme Gráfico 1, a receita cambial turística, que em 2000 era de US\$ 1,8 bilhão, obteve um avanço crescente nos anos subseqüentes, passando para US\$ 3,9 bilhões, em 2005, conforme dados do Banco Central do Brasil (BACEN), o que representa um crescimento de 117% entre 2000 e 2005 na entrada de divisas no país por meio do turismo internacional; em 2005, a receita cambial turística representou quase 0,5% do PIB Nacional.

Segundo o BACEN, somente no primeiro semestre de 2006, os estrangeiros gastaram US\$ 326 milhões no Brasil, o que corresponde a um crescimento de 16,4% em relação ao ano anterior. O turismo vem também contribuindo para o crescimento econômico e social do país, agregando valores consideráveis ao PIB do Brasil, bem como criando oportunidades de empre-

Gráfico 1
Evolução da receita cambial turística: Brasil, 2000-2005**Em bilhões**

Fonte: Banco Central do Brasil

go e renda que, por sua vez, implicarão numa melhor condição de vida do cidadão.

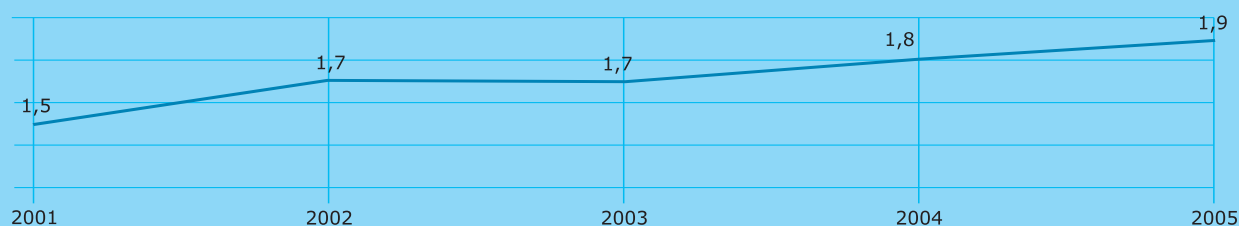
Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o mercado turístico é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. Além disso, é uma das atividades econômicas que demandam o menor investimento para a geração de trabalho (BRASIL, 2006b).

O mercado turístico, além de contribuir consideravelmente na geração de empregos formais, também tem grande participação na geração de empregos informais. Segundo o MTE, em 2001, o número de empregos formais e informais na atividade turística aproximava-se de 4,5 milhões, passando, em 2004, para quase 5,5 milhões, o que representa um crescimento de 22%

2005, para 1,9 milhão, correspondendo a um crescimento de 27%. Nota-se que nos anos de 2002 e 2003 o emprego no mercado turístico manteve-se estável, voltando a crescer nos anos seguintes (Gráfico 2).

Com base no Gráfico 2, vê-se que o desempenho do emprego formal no turismo brasileiro, em 2002 (1,7 milhão), registra maior crescimento, com taxa de 13,3% em relação ao ano de 2001 (1,5 milhão). Esta expansão foi maior que nos principais segmentos de mercado, a exemplo de comércio, indústria e serviços, que registraram taxas de 6,7%, 4,0% e 4,5%, respectivamente.

Para que o Brasil possa acrescentar mais uma atividade econômica que agregará valor a sua economia, é preciso preparar-se para acompanhar a expansão do

Gráfico 2
Evolução do emprego formal no turismo: Brasil, 2001-2005***Em milhões**Fonte: MTE / RAIS
* Dados preliminares do CAGED

no número de empregos no mercado turístico. Quanto aos empregos diretos e indiretos, em 2005, motivou aproximadamente 798 mil empregos no país.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2001, existia 1,5 milhão de empregos formais na atividade turística do Brasil, passando, em

mercado turístico, fomentando seu desenvolvimento, dando suporte e criando condições que possibilitarão a atração de investimentos para o país. O Plano Nacional de Turismo (PNT), criado com a parceria do governo federal e da iniciativa privada tem como objetivo alavancar o turismo brasileiro. "Trata-se de um planejamento estratégico para o turismo brasileiro, que orienta o governo, o setor produtivo e a sociedade

de nas ações necessárias para o desenvolvimento da atividade turística” (BRASIL, 2006b).

Este projeto, criado em 2003, tem entre seus objetivos o alcance de meta nacional, até 2007, de atrair 9 milhões de turistas, com a geração de 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos e uma receita cambial de US\$ 8 bilhões. O intuito é transformar o turismo do Brasil num dos maiores geradores de divisas do país (Tabela 2).

Tabela 2
Plano nacional do turismo:
Brasil, 2005-2007

Indicador	2005	2006*	2007*
Turistas estrangeiros (milhões)	6,9	8,0	9,0
Empregos diretos e indiretos (mil)	798,0	1.000,00	1.200,00
Divisas (US\$ bilhões)	5,7	6,4	8,0

Fonte: Ministério do Turismo (MT)

* Estimativa

Dados recentes demonstram o desempenho do Brasil no primeiro semestre de 2006, em que o turismo registrou uma receita cambial de R\$ 2,1 bilhões, estando em sexto lugar no *ranking* da balança comercial em relação aos setores consolidados como o de minério de ferro (R\$ 3,8 bilhões), o de óleo combustível (R\$ 3,3 bilhões), o da soja triturada (R\$ 2,8 bilhões), o do petróleo bruto (R\$ 2,5 bilhões) e de autos (R\$ 2,2 bilhões) (OLIVEIRA, 2006).

Para tornar-se um dos primeiros no ranking da balança comercial, o país está investindo alto no setor turístico. Tem-se uma previsão, até 2008, da implan-

Para tornar-se um dos primeiros no *ranking* da balança comercial, o país está investindo alto no setor turístico

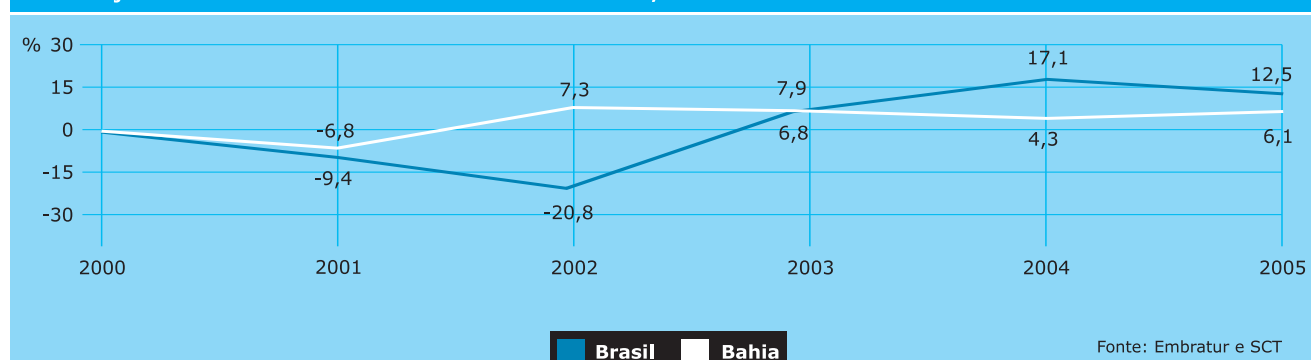
Plurianual de Governo 2004/2007. A eficiente execução orçamentária de 2004 e 2005 e a conjuntura externa favorável propiciaram as condições para que o país obtivesse, nos últimos três anos, seus melhores resultados em relação ao histórico do setor (BRASIL, 2006b).

Brasil versus Bahia

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), na comparação 2005 e 2004, o crescimento do turismo internacional no mundo, em chegadas de turistas estrangeiros, foi da ordem de 5,6%. Na América do Sul foi de 11,6%, enquanto, no Brasil, no mesmo período, estima-se uma taxa de crescimento de 12,5%. Nesse mesmo período, a Bahia registrou um crescimento de 6,1%. Tanto o Brasil como o estado baiano demonstraram estimativas de crescimento superiores à média mundial; caso mantenha-se estabilizada a economia externa e interna, pode-se vislumbrar um cenário favorável para o turismo brasileiro nos próximos anos.

Observando-se o Gráfico 3, verifica-se que a Bahia atingiu maior variação na entrada de turistas no ano de

Gráfico 3
Variação de entrada de turista: Brasil x Bahia, 2000-2005



tação de 23.561 empreendimentos em unidades de hospedagem (UH), totalizando um investimento na ordem de R\$ 3,5 bilhões. Para o nordeste estão reservadas 35% dessas UH.

Estes investimentos fazem parte da execução dos Programas e Ações do PNT 2003/2007, inseridos no Plano

2002 em relação a 2001, registrando um crescimento de 7,3%. Isso deveu-se ao aumento do fluxo de turistas do próprio país, sendo os paulistas os principais visitantes da Bahia, com uma participação de 26,5%.

Os dados do Gráfico 3 evidenciam ainda que a tensão provocada pelo ataque terrorista no transporte aéreo

internacional, que refletiu no fluxo turístico do Brasil, não causou impacto no estado baiano, pois o fluxo de turistas estrangeiros registrou um crescimento de 18,3% no período analisado, tendo como principal país emissor a Alemanha, cuja participação no ano de 2001 era de 8,6%, passando para 15,8% em 2005.

Quanto ao fluxo turístico no Brasil, foi registrada uma queda de 20,8% no ano de 2002, tendo como um dos fatores relevantes, que se deve levar em consideração, os aspectos políticos — ano eleitoral — em que o governo buscou reduzir seus gastos e investimentos para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Deste modo 2002 foi um ano atípico, que se refletiu também no setor turístico.

O estado baiano, nos anos seguintes, apresentou taxas abaixo da média do Brasil, mantendo-se com pequenas oscilações no decorrer do período analisado. Verifica-se em 2004 (4,3%), ano também atípico para os municípios brasileiros, por ter sido eleitoral, a queda de 2,5 p.p. em relação a 2003 (6,8%). A média mundial, entretanto, manteve-se com taxas de crescimento oscilantes.

A despeito da taxa negativa do fluxo de turistas no Brasil, 2002 foi um ano em que os turistas estrangeiros gastaram mais, pois a taxa de câmbio era favorável para quem possuía dólar — um dólar valia em média R\$ 3,00. Com isso, a receita cambial turística do Brasil registrou aumento.

De acordo com o Gráfico 4, a receita gerada pelo turismo no Brasil, após anos consecutivos de crescimento, apresentou, no ano de 2005, queda de 6,1 p.p. em relação a 2004. Essa queda corresponde à crise no transporte aéreo, sofrida pela Varig no referido período, que atingiu o mercado turístico. A Bahia, em 2003, em relação a 2002, registrou a maior taxa de crescimento (14,3%) do período analisado.

Os dados analisados evidenciam, portanto, que o turismo no estado baiano vem se fortalecendo cada vez mais. Com isso, o estado aproxima-se do alcance da meta de liderar o *ranking* como o maior absorvedor de divisas do país.

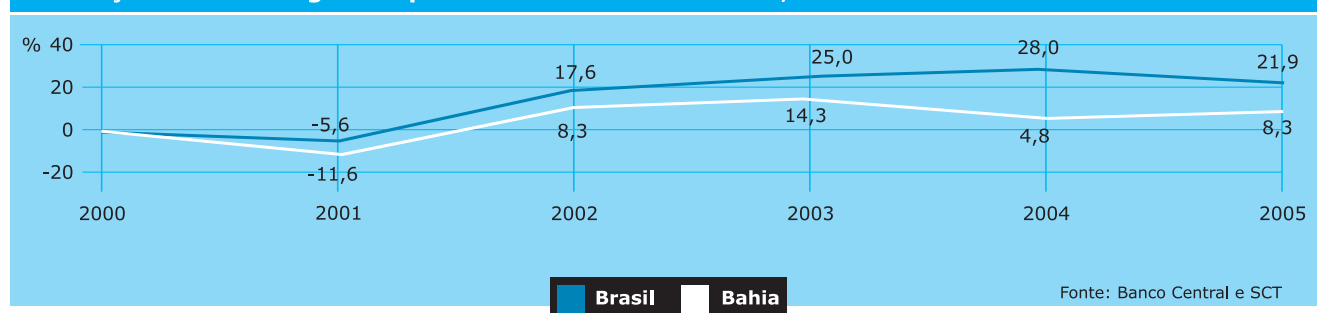
Considerações finais

O turismo apresenta-se não só como um meio de lazer e cultura, mas também como um ramo do mercado gerador de referências, contribuindo para o desenvolvimento das atividades econômicas e ocupando um espaço de destaque nas composições econômicas, políticas e sociais. Além de proporcionar um efeito positivo considerável na balança comercial, sua influência na interação entre países é de suma importância para o desenvolvimento e crescimento cultural, por proporcionar a harmonia entre os povos.

O Brasil vem apostando cada vez mais no mercado do turismo que, ultimamente, tem atraído novos empreendimentos, demonstrando uma trajetória positiva de crescimento no que se refere a uma economia auto-suficiente e de baixo custo. Busca-se tornar o país o destino turístico mais procurado do mundo. Não só o Brasil, mas também o estado da Bahia mostram-se promissores e capazes de atrair grandes empreendimentos voltados à ampliação desse mercado atrativo e econômico. O simples fato de o Brasil e a Bahia registrarem taxas superiores à média mundial na entrada de turistas entre os anos de 2005 e 2004 representa um estímulo para a permanência do crescimento e a perspectiva de taxas cada vez mais elevadas.

Proporcionar a entrada de divisas no país, criar novas oportunidades de emprego e renda para a população e qualificação local para a execução turística, ter um perfil competitivo na balança comercial perante outros mercados, agregar valor aos produtos brasileiros e,

Gráfico 4
Variação de receita gerada pelo turismo: Brasil x Bahia, 2000-2005



principalmente, ser um país acolhedor é o que faz o Brasil estar cada vez mais disposto a investir neste mercado consideravelmente auspicioso.

Referências

BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2006a.

_____. Secretaria de Planejamento (Seplan). Relatório de Atividades 2005. Salvador, 2006b.

BAHIA investirá US\$ 1,6 bi no turismo. *Tribuna da Bahia*. 11 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2006a.

_____. Ministério do Turismo. Livroto Turismo no Brasil 2007/2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2006b.

CLUSTER lança revista com visão de futuro nas áreas de entretenimento, cultura e turismo. *Diário Oficial*. 30 maio 2005. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

EMBRATUR. Instituto Brasileira de Turismo. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Economia do turismo. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Regiane de. Com orçamento de R\$ 1 bi, Turismo defende resultados. *Gazeta Mercantil*. 22. ago. 2006 pág. A6.

PAULUS, Guilherme. A boa maré do turismo no Brasil. *Gazeta Mercantil*. 03 jun. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/clipping/clipping04.cfm?clip_id=2394>. Acesso em: 1 jul. 2006.

TERZIAN, Françoise. Meta é ser o destino número um no Brasil. *Valor Econômico*. 30 maio 2006. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/139/138/Meta+e+ser+o+destino+numero+um+no+Brasil,turismo%20bahia,,138,3711770.html>>. Acesso em: 1 jul. 2006. ■

Eixo Metropolitano concentra aproximadamente metade dos investimentos industriais previstos para o estado da Bahia

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 10,8 bilhões agregando 454 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

A análise dos investimentos quanto à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, evidencia que o eixo Metropolitano concentra 49% dos investimentos previstos, representados num volume de R\$ 5,3 bilhões, e responde por 52% dos projetos (236). Os demais eixos agregam o montante na ordem de R\$ 5,5 bilhões, alocados em 218 projetos, com destaque para o eixo Extremo Sul, que é responsável por 31% dos investimentos.

Em relação ao complexo de atividade econômica, infere-se que 57% encontram-se alocados nos complexos Madeiro (39%) e Químico-Petroquímico (18%), perfazendo R\$ 6,2 bilhões em 101 projetos. Os demais respondem por R\$ 4,7 bilhões distribuídos em 353 projetos, notadamente no complexo Agroalimentar, com participação de 10,5%.

Quanto à situação dos investimentos, observa-se que 55% estão em ampliações de unidades industriais, representando cerca de R\$ 5,9 bilhões em 96 projetos. Enquanto 45% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 4,9 bilhões, em 358 projetos.

No que tange ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 60.716 postos de trabalho; os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (21%) absorvem aproximadamente 60% dos empregos, ou 36.330 postos de trabalho. Os restantes respondem por 40% dos empregos, especialmente o eixo Mata Atlântica, respondendo por 12% dos empregos (7.238 novos postos).

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a PC Digital Indústria e Comércio Ltda., Cervejaria Krug Bier Bahia, Mineração Caraíba S.A., MHL Calçados Ltda., Marcos Bahia Indústria de Injetados Ltda., e Ellocin Brasil Participações e Consultoria Empresarial Ellobras Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006-2010

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.135.142	74
Atividade mineral e beneficiamento	456.948	23
Calçados/Têxtil/Confecções	948.601	53
Complexo madeireiro	4.234.181	15
Eletroeletrônico	213.824	62
Metal-mecânico	453.321	42
Químico-petroquímico	1.925.404	86
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	819.310	88
Outros	638.390	10
Total	10.826.277	454

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/10/06

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006-2010

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	49.439	7
Chapada Norte	86.217	9
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.376.221	16
Grande Recôncavo	498.656	67
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	248.643	50
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	5.305.721	236
Nordeste	34.802	7
Oeste do São Francisco	253.348	6
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	213.968	38
A Definir	437.076	10
Total	10.826.277	454

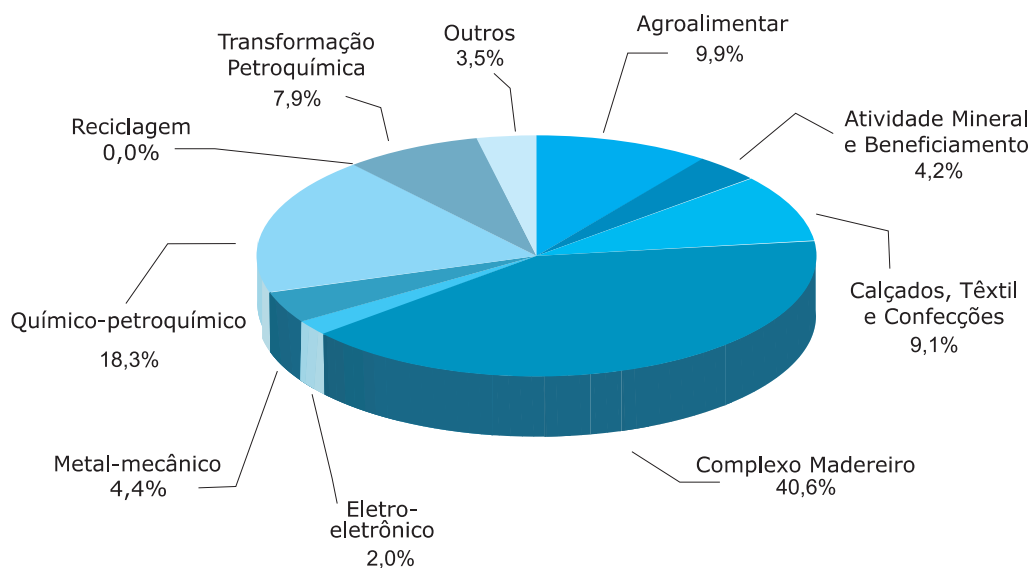
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC -SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/10/06

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

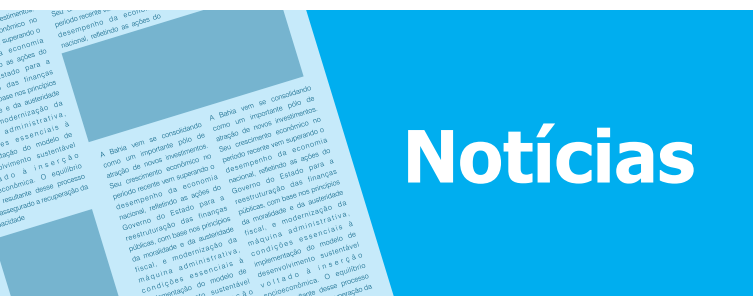
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Notícias

Negócios

Investimentos de mais R\$ 733 milhões na Bahia

Com pouco mais de três anos de fundada, a Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil-Bahia (CPCB-BA), com sede em Salvador, já ostenta um quadro de associados de 149 empresas, entre as quais os maiores grupos agrícolas, hoteleiros e construtores, que representam mais de R\$ 1,3 bilhão de investimentos no estado, com a geração de 34 mil empregos diretos e indiretos. Das empresas associadas, 70% são baianas e 30% portuguesas. Até o final de 2007, estão previstos mais R\$ 733 milhões de novos investimentos dessas companhias.

Apoiada pelo Conselho das Câmaras de Comércio Portuguesas no Brasil, a seccional baiana tem o objetivo de dar suporte à comunidade empresarial luso-brasileira e facilitar a busca de novos parceiros internacionais.

Segundo o diretor, a CPCB-BA pesquisa e apresenta cenários para o investimento na Bahia, contemplando temas com abordagem da conjuntura econômica e jurídica, cenário empresarial, realidade fiscal, constituição de empresas, aspectos cambiais, obtenção de vistos para investidores, entre outros.

Portugueses investirão mais R\$ 733 milhões na Bahia. Correio da Bahia, 20/10/2006.

Indicadores

Vôos para a Bahia crescem 40%

A crise da Varig que atingiu todo o Brasil não chegou a afetar drasticamente o número de vôos para a Bahia. Isso por causa do trabalho de captação de outros modais de transporte aéreo, como as frequências freta-

das. Este ano, por exemplo, o estado teve um acréscimo de 40% no volume de vôos charters e de 25% no número de passageiros em relação a 2005. Atualmente, o aeroporto de Salvador recebe por semana 76 vôos internacionais e 241 domésticos. Fruto de uma cuidadosa estratégia promocional desenvolvida pela Bahiatursa no Brasil e no exterior, nos últimos anos, a Bahia tem superado todas as previsões.

O crescimento do fluxo internacional de turistas de 2005 para 2006 foi tão representativo que somente em vôos charters houve um incremento de 382 mil passageiros no estado, procedentes da Alemanha, Argentina, Chile, Espanha, Inglaterra, Itália, Holanda e Portugal. Também nos vôos regulares, a Bahia mantém inúmeras ligações com importantes países da Europa, América do Sul e América do Norte. Hoje, há frequências que chegam a Salvador, procedentes de Lisboa, Madri, Buenos Aires, Santiago e Miami.

Mais dois vôos de Santiago operados pela Lanchile estão em fase de acertos finais, enquanto para fevereiro de 2007 está confirmado um vôo de Paris feito pela TAM. Em recente participação em workshop realizado na Turquia, a Bahiatursa iniciou entendimentos para que o estado também seja beneficiado com um vôo saindo de Istambul para São Paulo, com ligação para Salvador. A partir de dezembro deste ano devem ser confirmados mais dois vôos extras da TAP para Salvador, oriundos de Lisboa, iniciando o estudo de uma segunda frequência diária de Portugal para a Bahia.

Previsto para receber 6 milhões de passageiros por ano até 2013, o aeroporto de Salvador deve fechar 2006 com 5,5 milhões de turistas transportados. Segundo a Infraero, o crescimento registrado foi 21,12% superior em relação ao ano anterior, o que posiciona a capital baiana como o quinto maior aeroporto do Brasil. A Bahiatursa vem implementando um trabalho de capacitação de operadores e agentes de viagem internacionais para melhor vender o estado no exterior. De acordo com o diretor de Relações Internacionais da Bahiatursa, George Melo Barreto, 3.829 profissionais foram capacitados em 27 países, de 2004 a setembro deste ano.

A Bahia desenvolve um grande planejamento estratégico, dotando cada vez mais as 11 zonas turísticas de infra-estrutura, a fim de oferecer o melhor da terra aos visitantes.

Vôos charters para a Bahia crescem 40%. Diário Oficial, 04/10/2006.

Metas da LRF

A Bahia registrou, no segundo quadrimestre deste ano, o resultado primário de R\$ 1,13 bilhão. A receita total de R\$ 9,88 bilhões menos a despesa total de R\$ 9,49 bilhões resultou em um superávit orçamentário de R\$ 390 milhões. Houve também redução da relação entre a dívida e a receita, que caiu para 1,03, abaixo do máximo de 2, permitido pela lei. Com este desempenho, mais uma vez o estado cumpriu no último quadrimestre todas as metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o secretário, o resultado primário, que nesse quadrimestre chegou a R\$ 1,13 bilhão, tem por finalidade demonstrar a capacidade do estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida.

Metas da LRF no segundo quadrimestre são cumpridas. Diário Oficial, 03/10/2006.

Estado produz 7,12 mil toneladas por ano

A Bahia lidera o ranking dos estados brasileiros produtores de tilápia em estuário (encontro do rio com o mar) e ocupa a quarta posição na captura geral desse peixe típico de água doce, que vem ganhando prestígio no mercado mundial, com uma média de 7,12 mil toneladas por ano. O programa Boapesca, lançado em 2003 pelo governo estadual, através da Bahia Pesca, tem estimulado a produção em cativo, sobretudo na região do Baixo Sul, onde estão localizados os projetos pilotos nos municípios de Igrapiúna, Cairu e Taperoá. A capacidade instalada, segundo o diretor-presidente do órgão, Max Stern, já permite chegar a uma produção anual de até 16 mil toneladas.

Este volume, explica, inclui a piscicultura intensiva, com tanques escavados que somam uma área de aproximadamente 220 hectares, e a superintensiva, com tanques-redes ou gaiolas flutuantes. Nos quatro primeiros anos do programa Boapesca, que incentiva todo o segmento de pesca e aquicultura, o governo estadual investiu R\$ 6 milhões. A previsão para 2007, segundo Stern, é aplicar mais R\$ 3 milhões. No Baixo Sul, 60 famílias estão produzindo tilápia. Outro forte incentivo para o aumento da produtividade da tilápia foi o retorno do financiamento para custeio pelo Banco do Nordeste, suspenso há cerca de quatro anos, para as regiões de Paulo Afonso e Glória.

Além do aumento da produtividade, com a melhoria das técnicas e capacitação, o Boapesca tem o objetivo de conscientizar a população da região, sobretudo os marisqueiros e pescadores artesanais, para a importância de evitar a pesca predatória, sobretudo com o uso de bombas.

A tilápia tem tido boa aceitação no mercado internacional, principalmente nos Estados Unidos, maior consumidor mundial do produto. A tilápia baiana já começou a chegar à mesa dos americanos, mas ainda em pequena quantidade. A maior dificuldade que os investidores têm encontrado para ampliar o número de projetos, segundo ele, é a demora para liberação da licença ambiental, responsabilidade de órgãos federais.

Também com o objetivo de abrir novos mercados no exterior, o Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo) assinou acordo de cooperação técnica com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (Ides), visando capacitar os produtores da Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul para o incremento da produção. Representantes do Ides já participaram de rodadas de negócios com importadores europeus e se preparam para negociar com compradores dos Estados Unidos.

Estado produz 7,12 mil toneladas por ano. Correio da Bahia, 09/10/2006.

Ação Governamental

Estado é novamente o melhor destino

Durante três meses, mais de 13 mil leitores de um dos mais conceituados veículos de comunicação do Brasil, editora Abril, puderam se manifestar, através por meio do site da empresa, concedendo notas sobre aspectos como beleza, gastronomia, hospitalidade, preços e atrações nas mais diversas categorias.

Além da Bahia, que se consagra com o título de penta como o melhor estado para se fazer turismo, outros 13 destinos e produtos baianos estão classificados entre os 10 melhores eleitos em distintas categorias. São os casos de Salvador e Porto Seguro como cidades, mais Praia do Forte e Trancoso como praias. Na categoria destino de ecoturismo, a Chapada Diamantina e Itacaré se destacam entre os 10 melhores da revista, cujos leitores também escolheram o Pestana entre os mais pontuados hotéis.

Na relação dos mais votados parques temáticos está o Arraial d'Ajuda Eco Parque, enquanto Costa do Sauípe, Praia do Forte Eco Resort, Transamérica Comandantuba, Med Itaparica e Trancoso aparecem entre os mais preferidos resorts de praia.

O prêmio é entregue anualmente, em nível nacional e internacional, para os eleitos entre os melhores nas categorias de estado, cidade, praia, destino de ecoturismo, hotel, resort de praia, pousada, hotel fazenda, resort de campo, terma, interior ou selva, spa, parque temático, companhia aérea, locadora de veículo e operadora de viagem. A previsão da Bahiatursa para este ano é de um incremento de 6% sobre os 5,2 milhões de turistas que passaram pelo estado no ano passado e de um aumento de 8% em relação à receita de US\$ 1,1 bilhão gerada em 2005 com o turismo na Bahia.

Bahia é pauta no Melhor de Viagem e Turismo. Tribuna da Bahia, 31/10/2006.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.922, de 03 de outubro de 2006 – Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.

Decreto nº 5.923, de 04 de outubro de 2006 – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Decreto nº 5.925, de 05 de outubro de 2006 – Reduz os valores constantes dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006, e altera os Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

Decreto nº 5.937, de 19 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, de 28 de março de 2006.

Decreto nº 5.951, de 31 de outubro de 2006 – Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Decreto nº 5.953, de 31 de outubro de 2006 – Promulga o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, assinado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, em 3 de julho de 2002.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 324, de 04 de outubro de 2006 – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de R\$ 1.504.324.574,00, para os fins que especifica.

Medida provisória nº 325, de 11 de outubro de 2006 – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 13.000.000,00, para os fins que especifica.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.351, de 11 de outubro de 2006 – Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de

Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para o fim que especifica.

Lei nº 11.353, de 19 de outubro de 2006 - Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00, para os fins que especifica.

Gabinete do Ministro da Fazenda

Portarias

Portaria nº 301, de 10 de outubro de 2006 – Reduz a zero a alíquota do IOF incidente na operação de crédito destinada à liquidação antecipada de dívida, por conta de ordem do tomador.

Portaria nº 320, de 17 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo de suspensão do pagamento das obrigações fiscais pela aplicação dos regimes aduaneiros especiais, na importação, por período superior a cinco anos.

Secretaria da Receita Federal

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 680, de 02 de outubro de 2006 – Disciplina o despacho aduaneiro de importação.

Instrução Normativa nº 681, de 05 de outubro de 2006 – Dispõe sobre parcelamento de débitos das entidades beneficentes de assistência social, de que trata a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

Instrução Normativa nº 682, de 04 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a auditoria de sistemas informatizados de controles aduaneiros, estabelecidos para os recintos alfandegados e para os beneficiários de regimes aduaneiros especiais.

Instrução Normativa nº 683, de 11 de outubro de 2006 – Aprova alterações das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias.

Instrução Normativa nº 684, de 16 de outubro de 2006 – Altera a Instrução Normativa SRF nº 443, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre o despacho de exportação de bens que saíram do País ao amparo do regime de exportação temporária.

Instrução Normativa nº 685, de 20 de outubro de 2006 – Altera a Instrução Normativa Conjunta SRF/TSE nº 609, de 10 de janeiro de 2006, que dispõe sobre atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos.

Instrução Normativa nº 687, de 26 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a apresentação de informações relativas aos recursos em moeda estrangeira, decorrentes de recebimentos de exportações de mercadorias e serviços, mantidos no exterior.

Instrução Normativa nº 688 de 30 de outubro de 2006 – Aprova o programa gerador e as instruções para preenchimento do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais Semestral, versão 1.0 (Dacon Semestral 1.0).

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.413, de 04 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Resolução nº 3.414, de 04 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a concessão de prazo para as instituições financeiras formalizarem os aditivos referentes às reprogramações de prestações de operações de que tratam as Resoluções 3.363, 3.376, todas de 2006.

Resolução nº 3.415 de 13 de outubro de 2006 – Regulamenta o inciso II do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006 – Altera a Resolução 3.198, de 2004, que regulamenta a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Bra-

sil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Resolução nº 3.417, de 27 de outubro de 2006

– Altera a Resolução 3.265, de 4 de março de 2005, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências, e a Resolução 3.389, de 4 de agosto de 2006, que dispõe sobre o recebimento do valor das exportações brasileiras e dá outras providências.

Circulares

Circular nº 3.328, de 04 de outubro de 2006 – Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

Circular nº 3.329, de 11 de outubro de 2006 – Divulga a realização do Censo 2006 de Capitais Estrangeiros no País.

Circular nº 3.330, de 27 de outubro de 2006 – Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

Carta-Circular

Carta-Circular nº 3.242, de 02 de outubro de 2006 – Cria subtítulos, mantém título e subtítulos, e exclui subtítulo contábil, no Cosif, para registro de recursos destinados ao pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, e altera função de títulos.

Carta-Circular nº 3.243, de 02 de outubro de 2006 – Esclarece acerca do registro de cotas de fundos de investimentos em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos.

Carta-Circular nº 3.244, de 04 de outubro de 2006 – Inclui atributos em desdobramento de subgrupo, títulos e subtítulos do Cosif.

Carta-Circular nº 3.245, de 13 de outubro de 2006 – Divulga o Manual do Declarante do Censo de 2006 de Capitais Estrangeiros no País.

Carta-Circular nº 3.246, de 24 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a comunicação de movimentações financeiras ligadas ao terrorismo e ao seu financiamento.

Carta-Circular nº 3.247, de 31 de outubro de 2006 – Esclarece sobre a nova forma de apuração e co-

brança do adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 10.081, de 01 de setembro de 2006 – Dispõe sobre a dispensa do lançamento e pagamento do ICMS nas operações internas com aves destinadas ao abate.

Decreto nº 10.104, de 27 de setembro de 2006 – Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2006.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 351, de 26 de outubro de 2006 – Altera para o exercício de 2006, orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 353, de 30 de outubro de 2006 – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

A SEI mais perto de VOCÊ.



Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara		
Feira de Santana	São Paulo	Campinas	Natal	Terezina	
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife	Caxias do Sul	Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços
onde você pode consultar as nossas
publicações em Salvador e outras cidades do
Brasil e do mundo.**

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos		
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento	
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados	
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos



**Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.**

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Out/2006						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Out/05	Out/06	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	1,25	0,65	1,44	3,15	354821,3	237,87
Habituação e encargos	1,14	0,15	18,81	22,23	831690,0	668,09
Artigos de residência	-0,06	0,62	-1,59	-2,19	274298,1	229,26
Vestuário	0,66	0,04	-2,51	-0,71	309176,9	181,45
Transporte e comunicação	3,33	-0,53	4,83	4,43	636614,6	688,96
Saúde e cuidados pessoais	0,06	-0,01	4,80	5,05	622817,2	331,82
Despesas pessoais	-0,24	-0,48	3,03	3,81	664203,8	380,85
Geral	1,09	0,12	3,06	4,13	471827,8	328,79

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Out/2006					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	136,96	4,53	-5,74	2,67	42,37
Belém	147,40	1,87	-5,98	0,65	45,60
Belo Horizonte	172,27	6,89	-2,61	9,32	53,30
Brasília	163,56	0,74	-7,70	-0,73	50,60
Curitiba	165,05	4,22	-6,71	0,29	51,06
Florianópolis	173,36	5,22	0,43	6,40	53,63
Fortaleza	128,00	1,47	-3,79	-1,48	39,60
Goiânia	143,74	2,34	-3,61	2,47	44,47
João Pessoa	136,62	3,32	-5,52	4,01	42,27
Natal	134,23	3,32	-1,24	1,91	41,53
Porto Alegre	179,07	0,78	-6,39	6,37	55,40
Recife	130,62	-0,79	-6,91	-0,62	40,41
Rio de Janeiro	166,75	2,09	-6,37	1,39	51,59
Salvador	134,52	-0,47	-1,23	8,14	41,62
São Paulo	179,74	4,44	-2,01	2,84	55,61
Vitória	157,91	5,41	-4,65	3,36	48,85

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2005/2006						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	119.712	128.054	7,0	24.914	25.473	2,2
Algodão Herbáceo	819.977	810.633	-1,1	3.184	3.353	5,3
Alho	7.432	7.380	-0,5	6.939	7.887	13,7
Amendoim	7.042	7.275	3,3	1.150	1.061	-7,8
Arroz Total	92.683	19.605	-78,8	2.376	1.120	-52,9
Arroz Sequeiro	74.832	17.324	-76,8	2.156	1.022	-52,6
Arroz Irrigado	17.851	2.281	-87,2	4.161	4.073	-2,1
Batata-inglesa	177.150	165.650	-6,5	31.578	33.465	6,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.147.954	9,1	58.761	59.980	2,1
Cebola	121.631	148.780	22,3	20.428	25.111	22,9
Feijão Total	460.505	332.178	-27,9	670	539	-19,5
Feijão 1ª Safra	122.830	75.327	-38,7	482	380	-21,1
Sequeiro	61.912	43.071	-30,4	434	450	3,7
Irrigado	5.520	5.592	1,3	2.667	3.359	26,0
Caupi	55.398	26.664	-51,9	503	264	-47,5
Feijão 2ª Safra	337.675	256.851	-23,9	781	615	-21,2
Sequeiro	302.735	226.594	-25,2	749	585	-21,9
Irrigado	23.947	16.960	-29,2	2.241	2.323	3,7
Caupi	10.993	13.297	21,0	629	580	-7,8
Fumo	11.021	11.272	2,3	923	907	-1,7
Mamona	135.394	75.725	-44,1	734	713	-2,9
Mandioca	4.512.817	4.414.164	-2,2	12.840	12.623	-1,7
Milho Total	1.614.899	1.146.102	-29,0	2.067	1.606	-22,3
Milho 1ª Safra	1.206.621	686.425	-43,1	3.020	2.086	-30,9
Sequeiro	1.155.660	635.945	-45,0	2.966	1.976	-33,4
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª Safra	408.278	459.677	12,6	1.070	1.195	11,7
Sequeiro	406.946	458.723	12,7	1.068	1.194	11,8
Irrigado	1.332	945	-29,1	3.149	2.899	-7,9
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17
Sorgo Granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	193.806	-5,3	38.927	40.520	4,1
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	865.221	1.161.121	34,2	13.880	14.932	7,6
Cacau	142.240	137.459	-3,4	255	266	4,1
Café	140.339	176.800	26,0	962	1.113	15,8
Castanha-de-cajú	5.964	6.542	9,7	289	245	-15,1
Coco-da-baía ⁴	723.600	615.784	-14,9	8.873	7.618	-14,1
Guaraná	1.293	1.410	9,0	209	227	8,8
Laranja ⁵	800.852	949.678	18,6	15.877	18.143	14,3
Mamão ⁵	679.083	723.532	6,5	50.429	54.863	8,8
Pimenta-do-reino	3.224	3.637	12,8	2.457	2.550	3,8
Sisal	195.680	233.588	19,4	887	888	0,1
Uva	86.338	89.051	3,1	25.230	28.913	14,6

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.805	5.027	4,6	4.805	5.027	4,6	0	0
Algodão Herbáceo	257.567	241.761	-6,1	257.567	241.761	-6,1	0	0
Alho	1.071	938	-12,4	1.071	938	-12,4	0	0
Amendoim	6.122	6.855	12,0	6.122	6.855	12,0	0	0
Arroz Total	39.004	17.511	-55,1	39.004	17.511	-55,1	0	0
Arroz Sequeiro	34.714	16.951	-51,2	34.714	16.951	-51,2	0	0
Arroz Irrigado	4.290	560	-86,9	4.290	560	-86,9	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	102.730	6,7	95.929	102.500	6,8	390	230
Cebola	5.954	5.925	-0,5	5.954	5.925	-0,5	0	0
Feijão Total	775.368	718.718	-7,3	687.440	616.345	-10,3	87.928	102.373
Feijão 1ª Safra	342.929	291.242	-15,1	255.001	198.469	-22,2	87.928	92.773
Sequeiro	230.147	183.464	-20,3	142.717	95.735	-32,9	87.430	87.729
Irrigado	2.070	1.665	-19,6	2.070	1.665	-19,6	0	0
Caupi	110.712	106.113	-4,2	110.214	101.069	-8,3	498	5.044
Feijão 2ª Safra	432.439	427.476	-1,1	432.439	417.876	-3,4	0	9.600
Sequeiro	404.273	397.268	-1,7	404.273	387.668	-4,1	0	9.600
Irrigado	10.687	7.300	-31,7	10.687	7.300	-31,7	0	0
Caupi	17.479	22.908	31,1	17.479	22.908	31,1	0	0
Fumo	11.939	12.430	4,1	11.939	12.430	4,1	0	0
Mamona	185.521	107.380	-42,1	184.346	106.205	-42,4	1.175	1.175
Mandioca	380.078	392.881	3,4	351.473	349.700	-0,5	28.605	43.181
Milho Total	808.761	785.840	-2,8	781.121	713.568	-8,6	27.640	72.272
Milho 1ª Safra	427.140	400.783	-6,2	399.500	328.991	-17,6	27.640	71.792
Sequeiro	417.295	393.643	-5,7	389.655	321.851	-17,4	27.640	71.792
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª Safra	381.621	385.057	0,9	381.621	384.577	0,8	0	480
Sequeiro	381.198	384.731	0,9	381.198	384.251	0,8	0	480
Irrigado	423	326	-22,9	423	326	-22,9	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo Granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	4.833	-8,0	5.256	4.733	-10,0	0	100
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras Permanentes								
Banana	62.424	82.211	31,7	62.336	77.758	24,7	88	4.453
Cacau	556.727	548.989	-1,4	556.727	517.603	-7,0	0	31.386
Café	145.957	160.963	10,3	145.957	158.833	8,8	0	2.130
Castanha-de-cajú	20.779	27.135	30,6	20.660	26.754	29,5	119	381
Coco-da-baía	81.604	81.651	0,1	81.547	80.831	-0,9	57	820
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	52.397	3,6	50.441	52.343	3,8	152	54
Mamão	13.611	13.408	-1,5	13.466	13.188	-2,1	145	220
Pimenta-do-reino	1.312	1.451	10,6	1.312	1.426	8,7	0	25
Sisal	226.458	279.688	23,5	220.558	262.998	19,2	5.900	16.690
Uva	3.422	3.135	-8,4	3.422	3.080	-10,0	0	55

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Ago/2006				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	3,4	1,0	4,3	4,3
Extrativa mineral	1,2	-4,2	-0,5	-1,2
Indústria de transformação	3,6	1,3	4,6	4,6
Alimentos e Bebidas	-1,6	-0,2	-2,7	0,3
Celulose, papel e produtos de papel	1,3	19,6	30,6	37,0
Refino de petróleo e álcool	2,4	-5,7	5,1	4,0
Produtos químicos	9,7	1,4	-0,6	-2,1
Borracha e plástico	-1,5	-2,8	5,5	7,1
Minerais não metálicos	7,1	11,0	9,7	12,5
Metalurgia básica	-5,3	6,4	13,8	13,5
Veículos automotores	nd	-0,7	-5,8	-0,9

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Ago/2005 - Ago/2006				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Agosto 2005	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,4	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,0	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,6	4,5	4,5
Janeiro	-3,3	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	-0,5	7,6	7,1	4,7
Março	-0,4	6,6	6,9	5,3
Abril	1,4	5,3	6,5	5,2
Maio	-0,8	7,2	6,7	5,8
Junho	-0,1	1,4	5,7	6,1
Julho	-2,6	-1,3	5,1	5,5
Agosto 2006	3,6	1,3	4,6	4,6

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Set/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	10,1	3,6	5,2	5,3
Residencial	3,4	6,3	3,9	4,4
Industrial ¹	-5,3	5,7	2,3	1,3
Comercial	4,5	2,2	0,5	1,8
Utilidades Públicas ²	-9,9	11,1	6,2	5,7
Setor Público	3,6	-0,9	2,3	5,0
Concessionária	6,9	-2,1	0,1	1,9
Total	0,5	5,3	3,2	3,5

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Ago/2006				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	0,9	7,0	8,7	7,6
Combustíveis e Lubrificantes	2,0	-5,4	-3,1	-7,2
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	0,1	15,0	12,6	9,2
Hipermercados e Supermercados	0,7	26,0	20,9	15,1
Tecidos, Vestuário e Calçados	2,6	2,9	1,0	6,1
Móveis e Eletrodomésticos	3,3	8,8	20,1	24,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	3,1	3,3	6,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-25,7	-27,7	-15,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	-9,5	38,8	55,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	13,3	11,9	13,1
Veículos, Motos e Peças	1,1	18,8	21,0	16,6
Material de construção	nd	4,3	4,6	0,1

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Set/2005 - Set/2006						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Setembro 2006	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro 2006	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC-SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Set/2006

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	23,5	22,3	28,7
Desemprego Aberto	14,9	14,0	18,9
Desemprego Oculto	8,6	8,3	9,8
Participação (PEA/PIA)	60,5	61,3	57,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Julho	1.739	132,5	1.323	126,5	416	156,2	1.150	125,6	60,2	23,9	3.391
Agosto	1.746	133,1	1.325	126,7	421	158,1	1.149	125,6	60,3	24,1	3.397
Setembro	1.756	133,8	1.343	128,4	413	155,1	1.146	125,2	60,5	23,5	3.403

Variação mensal

Ago-06/Jul-06	0,6	1,4	-1,9	-0,3	0,3	-2,5
----------------------	------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

Variação anual

Ago-06/Ago-05	1,0	1,1	0,7	5,4	-1,6	-0,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. s/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Ago/2006							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2005	742	400	79,7	855	493	80,0	
Fevereiro	770	422	82,6	876	512	81,9	
Março	798	421	85,7	906	515	84,8	
Abril	769	407	82,5	877	484	82,1	
Maio	757	397	81,2	862	476	80,7	
Junho	739	405	79,3	850	480	79,5	
Julho	748	422	80,2	866	507	81,0	
Agosto	756	422	81,1	876	527	81,9	
Setembro	755	421	81,0	875	523	81,8	
Outubro	753	419	80,8	859	517	80,4	
Novembro	742	414	79,7	856	516	80,1	
Dezembro	740	415	79,4	839	513	78,5	
Janeiro 2006	755	413	81,0	858	512	80,2	
Fevereiro	762	410	81,8	862	509	80,6	
Março	752	407	80,7	869	507	81,3	
Abril	749	406	80,4	865	505	80,9	
Maio	738	404	79,2	850	502	79,5	
Junho	746	411	80,1	854	502	79,9	
Julho	749	423	80,4	853	500	79,8	
Agosto	763	448	81,8	863	520	80,7	
Variação mensal							
Jul-06/Jun-06	1,8	6,0	1,8	1,2	4,1	1,2	
Variação anual							
Jul-06/Jul-05	0,9	6,2	0,9	-1,5	-1,4	-1,5	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Agosto de 2006

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro - 1996=100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Ago/2006					R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2005	255	366	443	798	2.297
Fevereiro	273	373	469	811	2.275
Março	289	372	472	819	2.344
Abril	291	364	473	783	2.302
Maio	285	370	468	770	2.335
Junho	266	378	450	758	2.318
Julho	276	383	453	782	2.296
Agosto	296	390	453	796	2.258
Setembro	291	378	450	796	2.198
Outubro	265	369	452	802	2.212
Novembro	251	352	456	785	2.194
Dezembro	277	364	486	786	2.210
Janeiro 2006	290	377	507	780	2.211
Fevereiro	278	379	502	794	2.220
Março	256	373	484	781	2.236
Abril	243	375	463	766	2.253
Maio	241	393	446	739	2.162
Junho	259	391	445	737	2.149
Julho	266	400	457	746	2.141
Agosto	280	401	475	766	2.188

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2006

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Ago/2006

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2005	726	983	546	731	816	421
Fevereiro	737	982	548	743	825	427
Março	768	1118	582	741	856	453
Abril	741	1060	562	708	828	451
Maiο	729	1025	568	703	819	452
Junho	700	905	565	692	784	432
Julho	704	923	597	686	788	430
Agosto	710	974	577	688	789	436
Setembro	718	1060	571	682	798	444
Outubro	715	1048	548	681	797	433
Novembro	718	1048	588	676	802	432
Dezembro	705	1005	588	674	792	417
Janeiro 2006	722	1006	594	710	805	436
Fevereiro	727	1055	573	698	815	424
Março	723	1052	529	698	810	427
Abril	706	1027	532	669	789	429
Maiο	689	926	525	685	764	437
Junho	706	927	562	704	782	437
Julho	709	947	560	706	786	421
Agosto	715	965	583	703	790	438

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2006

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Ago/2006

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	130	281	400	769	1.634	281	327	493	916	1.754
Fevereiro	141	280	422	861	1.635	280	327	512	970	1.833
Março	161	280	421	859	1.730	279	324	515	970	1.947
Abril	139	279	407	816	1.617	278	322	484	961	1.886
Maio	128	277	397	764	1.610	277	321	476	858	1.904
Junho	128	277	405	748	1.603	277	317	480	855	1.794
Julho	127	316	422	803	1.587	316	317	507	939	1.887
Agosto	127	316	422	844	1.636	316	338	527	949	1.845
Setembro	126	314	421	838	1.677	314	348	523	950	1.886
Outubro	155	311	419	819	1.582	311	337	517	942	1.792
Novembro	155	309	414	777	1.571	309	331	516	928	1.817
Dezembro	154	308	415	815	1.554	308	329	513	913	1.658
Janeiro 2006	154	306	413	815	1.630	306	340	512	923	1.818
Fevereiro	152	305	410	812	1.630	305	346	509	916	1.828
Março	151	303	407	808	1.528	303	343	507	914	1.818
Abril	151	303	406	804	1.591	303	352	505	909	1.809
Maio	150	303	404	799	1.514	303	352	502	904	1.799
Junho	150	349	411	798	1.581	349	351	502	904	1.795
Julho	149	349	423	797	1.594	349	354	500	897	1.770
Agosto	150	348	448	799	1.599	348	364	520	900	1.700

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2006

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Set/2006					
Períodos	Saldo Líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	33.399	7.818	4.029	8.647	7.503
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Out/05 - Set/06	34.827	7.966	2.331	13.657	11.742

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	12.712	3.000	3.504	3.057	3.118
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Out/05 - Set/06	19.223	3.220	2.664	5.384	7.581

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Jul-Ago/2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	815.788.483	815.788.483	118.446.656	14,52	512.795.034	62,86	302.993.449
Receitas Correntes	575.218.298	575.218.298	95.830.096	16,66	377.489.505	65,63	197.728.793
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	26.161.382	15,07	111.472.730	64,21	62.128.205
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	52.123.983	15,78	202.239.413	61,23	128.049.238
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	8.785.320	25,06	28.869.077	82,35	6.187.631
Receita Agropecuária	20.857	20.857	3.252	15,59	18.087	86,72	2.770
Receita Industrial	512.252	512.252	33.870	6,61	208.486	40,70	303.766
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	5.438.562	22,73	18.110.869	75,69	5.816.255
Transferências Correntes	330.769	330.769	20.044	6,06	114.133	34,51	216.636
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	3.263.683	28,43	16.456.710	143,34	(4.975.708)
Receitas de Capital	240.570.185	240.570.185	22.616.560	9,40	135.305.529	56,24	105.264.656
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	13.296.866	7,88	96.663.445	57,30	72.037.491
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	351.510	6,42	4.080.574	74,56	1.391.946
Amortizações de Empréstimos	22.645.063	22.645.063	5.558.502	24,55	16.485.666	72,80	6.159.397
Transferências de Capital	85.803	85.803	8.445	9,84	25.557	29,79	60.246
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	3.401.237	7,79	18.050.287	41,34	25.615.576

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jul/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Jun-Jul/2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	7.443.330	7.443.330	1.080.480	14,52	4.046.274	54,36	3.397.056
Receitas Correntes	7.443.330	7.443.330	1.080.480	14,52	4.046.274	54,36	3.397.056
Receita Tributária	-	-	2	-	159	-	(159)
Receita de Contribuições	7.443.330	7.443.330	1.058.007	14,21	3.969.073	53,32	3.474.257
Receita Patrimonial	-	-	4	-	1.715	-	(1.715)
Receita Industrial	-	-	17.417	-	64.468	-	(64.468)
Receita de Serviços	-	-	4.951	-	10.761	-	(10.761)
Outras Receitas Correntes	-	-	98	-	98	-	(98)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	823.231.813	823.231.813	119.527.137	14,52	516.841.308	62,78	306.390.505
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	837.540.472	837.540.472	86.408.557	10,32	239.960.905	28,65	597.579.567
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	86.408.557	10,32	235.633.946	28,13	601.906.526
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	4.326.959	-	(4.326.959)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	1.660.772.285	1.660.772.285	205.935.694	12,40	756.802.213	45,57	903.970.072
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.660.772.285	1.660.772.285	205.935.694	12,40	756.802.213	45,57	903.970.072
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	58.272.692	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Jul-Ago/ 2006 (d)	Até o bimestre (e)	Jul-Ago/ 2006 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	816.664.069	54.274.846	870.938.915	50.683.356	699.639.892	158.469.021	505.263.576	58,0	365.675.339
Despesas Correntes	649.780.751	5.142.486	654.923.237	45.190.487	533.606.755	108.394.253	385.925.744	58,9	268.997.493
Pessoal e Encargos Sociais	103.935.118	216.066	104.151.184	4.891.818	87.080.313	16.194.972	65.993.079	63,4	38.158.105
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	653	179.525.887	(25.388)	176.983.545	32.314.451	102.959.238	57,4	76.566.649
Outras Despesas Correntes	366.320.399	4.925.767	371.246.166	40.324.057	269.542.897	59.884.830	216.973.427	58,4	154.272.739
Transf. a Estados, DF e Municípios	122.137.240	923.077	123.060.317	6.473.959	113.711.379	19.078.416	74.373.196	60,4	48.687.121
Benefícios Previdenciários	154.985.632	-	154.985.632	25.827.752	97.628.312	25.862.431	97.625.205	63,0	57.360.427
Demais Despesas Correntes	89.197.527	4.002.690	93.200.217	8.022.346	58.203.206	14.943.983	44.975.026	48,3	48.225.191
Despesas de Capital	144.036.796	50.968.362	195.005.158	5.492.869	166.033.137	50.074.768	119.337.832	61,2	75.667.326
Investimentos	21.236.510	4.046.210	25.282.720	2.775.562	10.689.995	1.091.184	1.822.820	7,2	23.459.900
Inversões Financeiras	30.307.237	784.274	31.091.511	2.659.998	21.619.832	4.318.694	11.357.250	36,5	19.734.261
Amortização da Dívida	92.493.049	46.137.878	138.630.927	57.309	133.723.310	44.664.890	106.157.762	76,6	32.473.165
Reserva de Contingência	22.846.522	(1.836.002)	21.010.520	-	-	-	-	-	21.010.520
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	9.519.505	0	9.519.505	469.972	7.118.668	1.368.682	4.990.480	52,4	4.529.025
Despesas Correntes	9.064.765	0	9.064.765	457.401	6.698.464	1.287.580	4.682.527	51,7	4.382.238
Pessoal e Encargos Sociais	8.719.998	0	8.719.998	368.151	6.412.795	1.218.799	4.488.398	51,5	4.231.600
Outras Despesas Correntes	344.767	0	344.767	89.250	285.669	68.781	194.129	56,3	150.638
Despesas de Capital	454.740	0	454.740	12.571	420.204	81.102	307.953	67,7	146.787
Investimentos	4.379	0	4.379	2.316	2.364	465	513	11,7	3.866
Inversões Financeiras	450.361	0	450.361	10.255	417.840	80.637	307.440	68,3	142.921
Subtotal das Despesas (X)= (VIII+IX)	826.183.574	54.274.846	880.458.420	51.153.328	706.758.560	159.837.703	510.254.056	58,0	370.204.364
Amortização da Dívida - Re-financiamento (XI)	834.588.711	0	834.588.711	-	819.420.606	49.618.024	243.516.295	29,2	591.072.416
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	0	811.716.388	49.507.722	239.436.218	29,0	587.448.275
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	110.302	4.080.077	53,0	3.624.141
Subtotal com Refinancia-mento (XII) = (X+XI)	1.660.772.285	54.274.846	1.715.047.131	51.153.328	1.526.179.166	209.455.727	753.770.351	44,0	961.276.780
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.031.862	-	-
Total XIV = (XII+XIII)	1.660.772.285	54.274.846	1.715.047.131	51.153.328	1.526.179.166	209.455.727	756.802.213	-	961.276.780

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jul/Ago	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	15.484.890	15.638.462	2.445.184	15,64	9.617.846	61,50	6.020.616
Receita Tributária	8.800.006	8.810.782	1.431.344	16,25	5.388.534	61,16	3.422.248
Impostos	8.550.199	8.560.975	1.378.772	16,11	5.213.940	60,90	3.347.035
Taxas	249.807	249.807	52.572	21,05	174.593	69,89	75.213
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	284.777	17,75	1.098.990	68,52	505.005
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	284.777	17,75	1.098.990	68,52	505.005
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	130.567	30.149	23,09	118.610	90,84	11.957
Receitas Imobiliárias	7.986	8.734	2.565	29,37	6.857	78,50	1.878
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	116.190	27.014	23,25	109.631	94,36	6.558
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	358	6,45	1.462	26,35	4.088
Outras Receitas Patrimoniais	93	93	212	228,26	660	711,94	(567)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	3	0,18	8	0,49	1.627
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	-	-	150
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	3	0,25	7	0,36	1.198
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	89.880	8.570	9,53	40.424	44,98	49.456
Receita de Serviços	79.558	89.880	8.570	9,53	40.424	44,98	49.456
Transferências Correntes	5.497.054	5.523.474	808.717	14,64	3.320.494	60,12	2.202.980
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.338.795	799.890	14,98	3.271.813	61,28	2.066.981
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.183	286	24,19	403	34,04	780
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	183.496	8.541	4,65	48.278	26,31	135.218
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	895.090	98.949	11,05	508.218	56,78	386.873
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	23.091	17,93	73.021	56,69	55.777
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	7.337	25,52	21.275	74,00	7.477
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	2.217	30,21	5.293	72,12	2.046
Receitas Diversas	625.697	730.202	66.304	9,08	408.629	55,96	321.573
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(217.325)	15,34	(857.432)	60,51	(559.630)
Receitas de Capital	941.058	944.029	71.161	7,75	265.961	20,65	678.068
Operações de Crédito	698.573	698.573	62.682	8,97	227.031	32,50	471.542
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	15.698	4,09	67.657	17,65	315.745
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	46.983	14,91	159.374	50,57	155.797
Alienação de Bens	37.727	39.072	3.082	7,89	9.442	16,28	29.630
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.170	305	0,92	2.554	7,70	30.615
Alienação de Bens Imóveis	4.557	5.903	2.777	47,05	6.888	116,69	(985)
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	424	7,80	1.614	31,44	3.518
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	424	8,26	1.614	31,44	3.518
Transferências de Capital	196.387	198.012	4.973	2,51	27.874	14,08	170.137
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	244	1,92	244	1,92	12.472
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	300	6	2,06	173	57,58	127
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	184.176	4.722	2,56	27.457	14,91	156.719
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.582.491	2.516.346	15,17	9.883.807	59,60	6.698.683

continua...

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.582.491	2.516.346	15,17	9.883.807	59,60	6.698.683
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	16.425.949	16.582.491	2.516.346	15,17	9.883.807	59,60	6.698.683
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	16.425.949	16.582.491	2.516.346	15,17	9.883.807	59,60	6.698.683
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	98.100	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Jul-Ago	No exercício	Bim. Jul-Ago	No exercício	
Despesas Correntes	13.650.484	118.261	13.768.746	2.140.459	8.325.614	2.169.513	8.193.940	5.574.806
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	34.537	7.025.877	1.106.460	4.478.275	1.112.255	4.473.426	2.552.451
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(26.998)	778.882	102.522	364.937	102.522	364.937	413.945
Outras Despesas Correntes	5.853.264	110.722	5.963.987	931.477	3.482.402	954.736	3.355.577	2.608.409
Despesas de Capital	2.743.965	48.523	2.792.488	352.394	1.324.943	363.809	1.291.396	1.501.091
Investimentos	1.611.710	75.650	1.687.360	157.692	570.210	169.105	536.663	1.150.697
Inversões Financeiras	135.869	(10.288)	125.581	10.003	45.066	10.004	45.066	80.515
Amortização da Dívida	996.385	(16.839)	937.547	184.700	709.668	184.700	709.668	227.879
Reserva de Contingência	31.500	(10.243)	21.257	-	-	-	-	21.257
Subtotal das Despesas (VIII)	16.425.949	156.541	16.582.491	2.492.853	9.650.558	2.533.322	9.485.336	7.097.154
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)	16.425.949	156.541	16.582.491	2.492.853	9.650.558	2.533.322	9.485.336	7.097.154
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	398.471	-
Total (XII)=X+XI	16.425.949	156.541	16.582.491	2.492.853	9.650.558	2.533.322	9.883.807	7.097.154

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Ago/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maiο	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707	606.423	85.607	91.280	600.314	697.703
Agosto	490.534	637.657	82.891	95.985	573.425	733.642
Setembro	625.826		77.998		703.824	
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	6.877.127		772.828		7.649.955	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da receita tributária ¹ - Bahia: Jan/2005 - Ago/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	653.686	624.798	30.994	53.435	684.680	678.232
Fevereiro	537.915	608.625	64.504	79.189	602.419	687.815
Março	493.574	577.129	49.453	59.006	543.028	636.136
Abril	530.817	611.528	68.485	60.573	599.302	672.101
Maiο	608.546	558.763	66.982	88.551	675.528	647.314
Junho	626.077	601.338	66.857	83.062	692.934	684.400
Julho	524.872	608.906	87.298	91.654	612.170	700.559
Agosto	504.184	637.657	85.198	95.985	589.382	733.642
Setembro	644.091		80.274		724.366	
Outubro	648.422		53.303		701.725	
Novembro	630.933		50.432		681.364	
Dezembro	611.094		84.333		695.427	
Total	7.014.211		788.114		7.802.325	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de Agosto/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Ago/2006												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	106.864	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	110.714	3.850	44.224	246.294	2.114.176

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF

Município

Balanço Orçamentário Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago/2006 (b)	% b/a	Jan-Ago/2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	2.153.816	2.158.016	306.142	14,2	1.167.396	54,1	990.620
Receita Tributária	572.188	572.188	91.033	15,9	410.994	71,8	161.194
Impostos	482.454	482.454	80.260	16,6	347.054	71,9	135.400
Taxas	89.734	89.734	10.430	11,6	62.487	69,6	27.247
Outras Receitas Tributárias	-	-	343	-	1.453	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	12.200	14,7	46.483	56,1	36.310
Contribuições Sociais	37.254	37.254	4.625	12,4	17.195	46,2	20.059
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.575	16,6	29.288	64,3	16.251
Receita Patrimonial	49.043	49.043	4.560	9,3	21.153	43,1	27.890
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	123	8,9	680	49,2	702
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	2.884	28,1	11.996	117,0	(1.745)
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	1.554	6,2	8.398	33,6	16.579
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	(1)	(0,0)	79	0,6	12.354
Receita Industrial	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita de Serviços	29.303	31.417	255	0,8	3.142	10,0	28.275
Receita de Serviços	29.303	31.417	255	0,8	3.142	10,0	28.275
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.531	181.784	15,2	625.907	52,5	566.624
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	179.683	15,7	613.552	53,6	530.633
Transf. de Instituições Privadas	8	8	1	12,5	170	2.125,0	(162)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	1	-	3	-	(3)
Transferências de Convênios	46.252	48.338	2.099	4,3	12.182	25,2	36.156
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	16.310	7,2	59.717	26,4	166.427
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	9.145	12,0	27.211	35,6	49.148
Indenizações e Restituições	-	-	934	-	3.348	-	(3.348)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.812	4,2	23.838	17,3	113.646
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	419	3,4	5.320	43,2	6.981
Receitas de Capital	66.317	66.367	3.674	5,5	19.011	28,6	47.356
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	3	-	148
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	3	2,0	148
Transferências de Capital	54.438	54.488	3.674	6,7	19.008	34,9	35.480
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	3.674	7,3	19.008	37,7	31.460
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(12.071)	15,5	(44.038)	56,5	(33.845)
Subtotal das Receitas (I)	2.142.250	2.146.500	297.745	13,9	1.142.369	53,2	1.004.131
Déficit (II)	-	-	47.023	-	-	-	-
Total (III)= (I+II)	2.142.250	2.146.500	344.768	16,1	1.142.369	53,2	1.004.131

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

Balço Orçamentário									R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Ago/2006									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago/ 2006 (d)	Jan-Ago/ 2006 (e)	Jul-Ago/ 2006 (f)	Jan-Ago/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.879.810	20.452	1.900.262	233.364	1.302.252	322.233	1.053.337	55,4	846.925
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	1.833	602.400	55.176	473.668	97.758	368.685	61,2	233.715
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	(9)	80.086	11.258	53.374	11.953	45.490	56,8	34.596
Outras Despesas Correntes	1.199.148	18.628	1.217.776	166.930	775.210	212.522	639.162	52,5	578.614
Despesas de Capital	259.921	(13.337)	246.584	25.918	111.891	22.535	86.261	35,0	160.323
Investimentos	180.947	(13.361)	167.586	8.130	39.315	8.605	33.984	20,3	133.602
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	1.114	2.679	779	2.318	57,7	1.700
Amortização da Dívida	74.956	24	74.980	16.674	69.897	13.151	49.959	66,6	25.021
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	2.142.250	7.115	2.149.365	259.282	1.414.143	344.768	1.139.598	53,0	1.009.767
Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.142.250	7.115	2.149.365	259.282	1.414.143	344.768	1.139.598	53,0	1.009.767
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	2.771	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.142.250	7.115	2.149.365	259.282	1.414.143	344.768	1.142.369	53,0	1.009.767

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

